

UFSC passa a revalidar diplomas de Medicina obtidos no exterior através de prova unificada

Apenas dois dos 589 candidatos foram aprovados no último exame, que até então era feito pela universidade

O processo que autoriza médicos formados em universidades estrangeiras a atuar no Brasil mudou. De acordo com proposta dos ministérios da Saúde e da Educação, a

partir do ano que vem uma prova única (teórica e prática), a ser formulada por professores de 16 cursos de Medicina de universidades públicas, será aplicada em todo o

país. Pelo atual sistema, cada universidade estabelece seus critérios. Na UFSC, primeiro o candidato tenta a revalidação por equivalência de currículos. Na maioria dos casos

existem discrepâncias entre históricos, e a alternativa então é fazer uma prova teórica que comprove a aptidão profissional. Se não forem aprovados, resta aos médicos com-

plementarem seus currículos através de cursos de extensão específicos. A recente adesão da UFSC à prova única visa facilitar esse processo.

página 4

Sofia Franco



Política

Frota da PM permanece abandonada no centro de triagem do Itacorubi

73 viaturas compradas com dinheiro público estão há dois anos fora de uso e desprotegidas contra roubo e ação do tempo

página 15

Divulgação Da Caverna



Cultura

Novos projetos mantêm música independente em SC

Iniciativas individuais e novas experiências coletivas são as razões da sobrevivência do *underground* no estado. Mesmo após o cancelamento de festivais importantes, como o Rural Rock Fest e o Tschumistock, e o fim de projetos que apoiavam as bandas, como o Clube da Luta, o rock catarinense continua na busca por reconhecimento.

página 10

Angeli Maros



Especial

Mercado das pequenas centrais hidrelétricas cresce no Brasil

Mais 73 unidades estão sendo construídas – 16 delas em Santa Catarina, e outras 153 já foram autorizadas pela Aneel. Hoje, o potencial gerado pelas PCHs representa 2,37% da energia produzida no país, mas esse número pode chegar a 11% nos próximos anos. No entanto, os alagamentos e desvios nos cursos dos rios podem gerar conflitos com os moradores das cidades onde as PCHs se instalam.

página 8 e 9

Ciência e Tecnologia

Empresas incubadoras impulsionam o setor tecnológico da grande Florianópolis

página 5

Política

Estado investe na construção de presídios industriais

A segunda penitenciária desse tipo será instalada em Lages. A aprovação do projeto veio da experiência positiva com a primeira unidade, em Joinville. Lá, os detentos exercem atividades laborais para grandes indústrias e recebem pelo menos um salário mínimo. O índice de reincidência no local é de apenas 9%, contra os 60% da média estadual.

página 14

O UNIVERSITÁRIO

O Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Brasileiras foi instituído em 2007 com o objetivo de aumentar o acesso da população brasileira ao ensino superior. O projeto prevê a abertura de novos cursos e vagas, a construção de prédios, entre outras medidas. Conheça os principais contrastes entre os números desse programa na Universidade Federal de Santa Catarina.

Em 2008 e 2009 o projeto do Reuni na UFSC solicitou a contratação de 160 novos servidores técnico-administrativos. Destes, 60 são profissionais de nível médio, e 100 são de nível superior. Quanto à ampliação do quadro de docentes, o MEC autorizou concurso para 116 professores.

Dos 160 pedidos de contratação de servidores técnico-administrativos, 136 foram aprovados (38 de nível médio e 98 de nível superior).

O programa prevê a construção de 19 novos prédios até o final de 2012, distribuídos entre os campi da UFSC – Florianópolis, Joinville, Araranguá e Curitibanos. Um desses edifícios é o novo prédio da Moradia Estudantil, em Florianópolis. A obra terá 32 alojamentos, e cada um será dividido por dois estudantes.

A obra deveria ter sido entregue em 2008. No entanto, a planta inicial não previa estruturas de acessibilidade para cadeirantes, e o rearranjo causou atraso na entrega do prédio.

Desde 2008 está prevista a construção de um novo prédio do Restaurante Universitário. Os recursos destinados para a obra são de R\$ 1.064.892,00. O RU também será beneficiado com uma nova cozinha, cujo orçamento soma R\$ 451.544,00.

Segundo o quadro de obras, a cozinha já tem estrutura contratada, mas a complementação da obra ainda está em projeto. Os estudantes da universidade alegam que após a aprovação do programa – que aumentou o número de vagas – as filas do restaurante cresceram.

Até o fim de 2012, está prevista a abertura de 18 cursos novos – 14 já foram implantados e os outros quatro começarão em 2010. Com isso, cresceu o número de vagas oferecidas anualmente. Agora a UFSC conta com 1.010 vagas extras, referentes aos 14 cursos implementados, e 299 relativas à ampliação dos 24 cursos já existentes. No próximo semestre serão criadas outras 250 vagas.

Alguns cursos iniciaram suas aulas sem a infraestrutura necessária. É o caso das Artes Cênicas, que não tem salas específicas para ensaios. Outro entrave é o alto percentual de vagas ociosas, ou seja, alunos que ingressaram na universidade, mas abandonaram o curso no meio do semestre, o que impossibilita o preenchimento das vagas por outros estudantes.

EDITORIAL

Reciclar a transparência

Denúncias de desvio de dinheiro público e as consequentes CPIs para investigar tais abusos de poder são tão recorrentes, que se tornou tarefa difícil para o cidadão brasileiro – mesmo o mais informado e politicamente engajado – acompanhar todos os casos. Em 2004, uma iniciativa da Controladoria Geral da União (CGU) criou o Portal da Transparência, página na internet onde estão disponíveis informações sobre os recursos públicos transferidos pelo Governo Federal aos estados e municípios, assim como os gastos do próprio Governo Federal com compras ou contratação de obras e serviços. Em visita ao portal, a informação disponível é que os gastos destinados ao estado de Santa Catarina em 2009 compõem o total de R\$ 3.359.629.308,94, e o valor destinado apenas ao município de Florianópolis está contabilizado como R\$ 443.321.296,43.

A tentativa de transparência é válida, mas disponibilizar números de 12 dígitos em um site não é garantia alguma da ausência de corrupção no governo. Os 12 dígitos podem facilmente se transformar em dois, e quem sofre com essa “matemática do diabo” é a população. Mas não apenas dessa forma o dinheiro público é mal administrado. O que é feito com o patrimônio adquirido com dinheiro dos contribuintes também não está sob o controle do cidadão. A situação descrita na reportagem “Dinheiro público abandonado no lixo” (página 15) é um claro exemplo disso. 73 veículos, entre carros e motocicletas, que serviam como viaturas da Polícia Militar em Florianópolis, foram encontrados por repórteres do ZERO em estado deplorável, no Centro de Triagem da Comcap (Companhia de Melhoramento da Capital), responsável pela coleta de lixo na cidade. A informação é de que estão abandonados há mais de dois anos. A metáfora não poderia ser melhor: dinheiro público, proveniente de multas de trânsito, literalmente jogado no lixo. A estimativa é de que apenas uma das peças do sistema elétrico de um dos Ford Fiesta encontrados no lote valeria cerca de R\$ 1 mil se estivesse em mínimas condições de uso.

A reportagem mostra como as instituições envolvidas no caso (PM, IPUF, Floram e Comcap) passaram a responsabilidade de uma para a outra, até que ninguém mais se colocasse no dever de zelar por esse patrimônio – que, inclusive, também pertence aos governantes e administradores públicos.

Aparentemente, no entanto, esses administradores não se veem como contribuintes comuns. Talvez ignorem que, toda vez que pagam uma multa de trânsito, seu dinheiro pode se transformar em sucata no lixo.

Apresentando, no entanto, esses administradores não se veem como contribuintes comuns. Talvez ignorem que, toda vez que pagam uma multa de trânsito, seu dinheiro pode se transformar em sucata no lixo.

CHARGE



Sobre o chargista

Philippi Schneider, 23 anos, estuda Design Gráfico na Udesc e trabalha no Setor de Tecnologia da Prefeitura Municipal de Biguaçu. Para entrar em contato com o autor, basta enviar um e-mail para phil.scr@gmail.com.

Para os chargistas

Se você é daqueles que quando lê uma notícia logo a imagina numa charge, desenhe para o ZERO e envie para zero@cce.ufsc.br. Sua charge pode ser publicada nesse espaço e fazer parte das próximas edições do jornal.

Censura

Interesse público negligenciado

No último dia 31 de julho, uma liminar da Justiça Federal proibiu que os veículos de comunicação do grupo *Estado* – jornal impresso e portal de notícias – publiquem notícias relacionadas à Operação Fator da Polícia Federal, também conhecida como Boi Barrica.

A operação investiga suspeita de caixa dois na campanha da então candidata ao governo do Maranhão, Roseana Sarney, em 2006. O pedido de restrição foi encaminhado por um dos principais investigados: Fernando Sarney, filho do presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP), e irmão de Roseana.

Segundo os advogados que defendem a liminar, a decisão é baseada na proteção da honra e do direito de personalidade da família Sarney, que teve a intimidade violada pela divulgação de conversas telefônicas entre seus membros.

Já para o grupo *Estado*, a medida contradiz valores constitucionais, que garantem a liberdade de expressão e o acesso a informações de interesse público. Em uma palavra: censura – como o próprio jornal adverte na capa do impresso e na versão online (“Há 82 dias sob censura”, até o fechamento desta edição).

Desde então, órgãos da imprensa nacional e internacional, a exemplo da IFJ (Federação Internacional de Jornalistas), enviam manifestos de repúdio e intolerância à decisão da justiça brasileira. Na página do *Estado* na internet, ainda é possível acessar um dossiê da luta contra a censura, que remonta à época da ditadura no Brasil.

Na análise do cientista político Carlos Melo, da PUC de São Paulo, a censura ao *Estado* é uma extensão da política patrimonialista brasileira, que resulta em tentativas de privatizar a Justiça em benefício próprio. “A forma como alguns cargos públicos são ocupados, por indicação ou nepotismo, favorece a formação de oligarquias políticas que advogam em nome do bem-estar de seus membros”, explica em entrevista ao *Estado* de S. Paulo.

Porém, para o pesquisador da censura e doutorando em teoria literária pela UFSC Alexandre Nodari, é preciso reconhecer o surgimento de um cenário recente. “A mediação, antes [durante a ditadura] feita pelo Estado, hoje se dá pela própria imprensa. É ela a forma pela qual as ideias e os argumentos ascendem à esfera pública. Sem os seus procedimentos de enunciação, sem a passagem por sua instância mediadora, um fato, um dado, ou um discurso não tem validade pública”, afirma.

Fernanda Volkerling

ZERO

JORNAL LABORATÓRIO ZERO

Ano XXVII - Nº 5 - Outubro de 2009
Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC
Fechamento: de setembro

Curso de Jornalismo - CCE - UFSC - Trindade
Florianópolis - CEP 88040-900
Tel.: (48) 3721-6599/ 3721-9490
Site: www.zero.ufsc.br
E-mail: zero@cce.ufsc.br

REDAÇÃO Andrei Longen, Andressa Dreher, Angieli Maros, Bibiana Beck, Camila Chiodi, Cecília Cussioli, Fernanda Volkerling, Flávia Schiochet, Gabriela Bazzo, Joana Neitsch, Luisa Konescki, Marcelo Andreguetti, Maurício Tussi, Michel Siqueira, Pedro Dellagnelo, Sarah Westphal, Sheila Marangoni, Sofia Franco
EDIÇÃO Capa, Opinião e Entrevista Camila Chiodi e Fernanda Martinazzi
Educação Mayara Schmidt
Ciência e Tecnologia Andrei Longen
Saúde Gabriela Cabral
Especial Júlio Ettore Suriano
Cultura Gabriela Bazzo
Meio Ambiente Pedro Dellagnelo
Política Bibiana Beck, Gabriel Rosa e Leticia Arcoverde
Contracapa e Imagem Rogério Moreira Jr.
FOTOGRAFIA Andressa Dreher, Angieli Maros, Gustavo Bonfiglioli, Rogério Moreira Jr., Sofia Franco
EDITORIAÇÃO Andressa Dreher, Cecília Cussioli, Fernanda Martinazzi, Gabriel Rosa, Gustavo Naspolini, Jessé Torres, Joana Neitsch, Júlio Ettore Suriano, Leticia Arcoverde, Rafael Wiethorn, Sofia Franco
INFOGRAFIA André Rodrigues, Andressa Dreher, João Doliveira, Rogério Moreira Jr.
SERVIÇO EDITORIAL OESP Online
PROFESSOR-COORDENADOR Jorge Kanehide Ijuim MTb/SP 14.543
COORDENAÇÃO GRÁFICA Sandro Lauri Galarça MTb/RS 8357
MONITORIA Risa Stolder, Lígia Lunardi
IMPRESSÃO Diário Catarinense
CIRCULAÇÃO Nacional
TIRAGEM 5.000 exemplares

Melhor Peça Gráfica I, II, III, IV, V e XI Set Universitário / PUC-RS (1988, 89, 90, 91, 92 e 98)
Melhor Jornal-Laboratório no I Prêmio Foca-Sindicato dos Jornalistas de SC 2000
3º melhor Jornal-Laboratório do Brasil EXPOCOM 1994

ZERO

O quebra-cabeças do urbanismo

A cidade é um organismo vivo e, como qualquer outro, morre se for desmembrado. O arquiteto e urbanista Jaime Lerner acredita que integrar é a solução para melhorar as cidades. Também acredita na ação rápida, no fazer acontecer agora, priorizando o local antes do global. Nesta entrevista ao ZERO, ele aposta na mobilidade como o ponto chave para a solução dos problemas urbanos, destaca as vantagens de Florianópolis, e aponta os seus principais problemas – os mesmos da maioria das cidades brasileiras.

ZERO: Qual é, na sua opinião, o maior problema que a cidade de Florianópolis enfrenta atualmente?

Todas as cidades têm problemas semelhantes: educação, saúde, segurança, atenção à criança, saneamento. Mas um dos pontos fundamentais, não só para cada município, mas para toda a humanidade, é o problema da mobilidade, que está ficando cada vez mais difícil. É fundamental que as pessoas possam ter acesso ao seu emprego sem grandes dificuldades. Mas eu tenho certeza de que é possível resolver isso.

No mês de maio, segundo uma pesquisa da Universidade de Brasília, Florianópolis foi considerada a cidade com pior mobilidade urbana do país. Quais seriam as estratégias para amenizar esse problema, levando em conta a geografia bastante “particular” da ilha?

Eu acho que a avaliação, quando é feita em época de temporada, tem resultados diferentes de uma pesquisa realizada em época normal. Florianópolis atrai uma população muito grande e isso tem que ser levado em conta. Mas a solução é oferecer um bom transporte público, pois só com o transporte individual não é possível resolver o problema da mobilidade.

O erro está em usar mal o automóvel. Eu não estou dizendo para não usar. Não sou contra o automóvel em si, mas contra o mau uso dele. No percurso de rotina você teria que ter um bom transporte público. Eu sempre dou este exemplo, de que o automóvel é como a nossa sogra: nós temos que ter boas relações com ela, mas não podemos deixar que ela comande a nossa vida. Ou, em outras palavras: se a única mulher da tua vida é a tua sogra, então você tem um problema. Da mesma forma, o automóvel não pode ser o único meio.

Construir linhas de metrô em Florianópolis seria uma solução?

O metrô é uma solução cara, demorada e que precisa de subsídios. Além disso, uma linha de metrô não vai resolver nada. O metrô tem muito a ver com o imaginário das pessoas. São Paulo, por exemplo, tem quatro linhas de metrô e 84% das pessoas se deslocam na superfície. A solução é operar bem a superfície.

E de que forma pode-se operar bem a superfície em Florianópolis?

Transportar aos ônibus a mesma condição e a mesma performance de um metrô. É transformar o ônibus em um metrô.

De que maneira solucionar o problema da mobilidade reflete na resolução de outros problemas presentes nas cidades?

Eu acho que hoje, quando a gente nota que 75% dos problemas de emissão de carbono se concentram e se originam nas cidades, é na concepção das

cidades que nós podemos ter mais efetivos, que nós podemos resolver melhor. E como o carro, a mobilidade e a emissão de carbono estão ligados a isso, então os dois problemas, a mobilidade e a sustentabilidade, também estão ligados. Se você resolver bem a mobilidade, você melhora a sustentabilidade. É importante criar um espaço onde a população como um todo possa conviver, onde não haja segregação. Outro elemento muito importante na questão da mobilidade é evitar que as pessoas vivam aqui e trabalhem ali, ou seja, deve-se aproximar o local de trabalho do local de residência das pessoas.

O melhor exemplo de qualidade de vida que eu conheço é o da tartaruga. Ela é um exemplo de vida, abrigo, trabalho e mobilidade, juntos. Ela tem no casco o desenho de uma tessitura urbana. Você pode imaginar se nós cortássemos o casco da tartaruga? Morar aqui, trabalhar ali e ter o lazer lá? Nós matariamos a tartaruga, e é isso que estamos fazendo com as nossas cidades. Então essa separação não é uma coisa boa. A separação das funções, a separação por renda, como bairros e guetos de muito ricos ou muito pobres. Tudo isso dificulta a mobilidade e a coexistência.

Há uma tendência hoje, nas cidades brasileiras, de os ricos se isolarem cada vez mais, em casas com muros, cercas elétricas e câmeras de vigilância, enquanto as favelas crescem rapidamente. Como você vê isso dos pontos de vista urbanístico e social?

Acho que esses guetos de gente rica prejudicam a coexistência. Quanto mais a cidade for humana, quanto mais nós misturarmos as funções, rendas e idades, mais humana esta cidade fica.

Você foi convidado para elaborar o projeto da cidade do Rio de Janeiro para a candidatura às Olimpíadas de 2016. O que você acredita que um evento como esse traz de positivo para uma cidade?

Tanto a Copa do Mundo quanto as Olimpíadas são momentos que possibilitam o acesso a recursos que normalmente não existem. Então é preciso aproveitar esses momentos, mas não é só pensar nos jogos de futebol. A população da própria cidade tem que ser considerada. A cidade só vai ser boa para os turistas se for boa para a sua população.

Em maio foram anunciadas as cidades brasileiras que vão sediar a Copa do Mundo de Futebol de 2014, e Florianópolis não está entre elas. Você acredita que o problema da mobilidade tenha prejudicado a cidade nessa eleição?

Eu não acho que Florianópolis tenha perdido a Copa do Mundo por esse motivo. Mas eu desconheço as razões.

Em 1972, a rua 15 de Novembro, em Curitiba, foi transformada em área para pedestres em apenas 72 horas. Na ocasião, você disse que “as mudanças têm de ser rápidas. Inovar é começar”. Em quanto tempo é possível promover melhorias significativas em uma cidade? Do que e de quem isso depende?

Primeiro: usar menos o automóvel, mas para isso é necessário ter um bom transporte público. Segundo: separar o lixo, porque a economia de energia é grande. Terceiro: morar mais perto do trabalho ou trazer o trabalho para mais perto de casa. Quarto: pensar a cidade com múltiplo uso.

Não se pode ter um centro de cidade vazio dezesseis horas por dia, não se pode ter uma arena só servindo dez vezes por ano. Uma arena pode ser um mercado de manhã, uma faculdade à tarde, e servir para eventos esportivos à noite. O multiuso é importante. Melhorar a qualidade de vida de uma cidade não é uma coisa impossível. Eu sou contra essa visão pessimista. Mas isso depende de vontade política, de estratégias, de solidariedade e de se saber montar para cada problema uma equação de co-responsabilidade.

Você está desenvolvendo algum projeto em Santa Catarina atualmente?

Não, no momento não. Fizemos o projeto do parque da Bossa Nova, no Rio de Janeiro, tenho alguns outros projetos em Campinas, São Paulo e Brasília. E também estou trabalhando no México e na República Dominicana.

Quais são as maiores vantagens da cidade de Florianópolis, e de que forma elas podem ser usadas para melhorar a vida da população?

Eu acho que a cidade foi abençoada pela natureza. Em muitas cidades, é difícil ter um ponto de atração. Aqui não. Vocês têm o mar, uma vegetação exuberante, lagoas. Nós, em Curitiba, lutamos para construir parques com um pouquinho de água, alguns laguinhas, e vocês têm isso de graça. É preciso aproveitar esse potencial, e eu acredito que isso está sendo feito. Ao mesmo tempo, ainda falta um pouco mais de cidade, e eu acho que a população sabe disso.

Camila Chiodi e Gabriela Bazzo



Sofia Franco



Formado em Arquitetura e Urbanismo, Jaime Lerner já foi duas vezes prefeito de Curitiba, sua cidade natal, e três vezes governador do Paraná. Como prefeito, liderou a revolução urbana que fez de Curitiba referência internacional. Como arquiteto, é autor de vários projetos no Brasil e no mundo. É consultor da ONU para assuntos urbanos e já recebeu dezenas de prêmios nacionais e internacionais, entre eles o Prêmio Máximo das Nações Unidas para o Meio Ambiente. Lerner é o autor do projeto que vai reestruturar o sistema de transportes do Rio de Janeiro para as Olimpíadas de 2016.



Centenas de currículos guardados em sala no Centro de Ciências da Saúde: universidade federal não possui estruturas adequadas para suportar tantos documentos, que se acumulam em pilhas que chegam a ter o tamanho de uma pessoa

Médicos esperam validação de diploma

UFSC é uma das 16 universidades que aplicarão as provas unificadas para profissionais graduados no exterior

A Universidade Federal de Santa Catarina acaba de aderir ao projeto de unificação das provas de revalidação dos diplomas de Medicina obtidos no exterior. A medida foi proposta pelos Ministérios da Saúde e da Educação e tem como objetivo aperfeiçoar o processo vigente e atender às normas do Conselho Nacional de Educação. Segundo o novo modelo, os médicos interessados em reconhecer sua formação no Brasil serão avaliados através de uma prova prática e outra teórica, formuladas com base em uma matriz curricular elaborada por professores de graduação em Medicina de 16 universidades públicas brasileiras.

A estimativa do Secretário de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde (SGTES) Francisco Campos é que 5 mil médicos formados no exterior tentem a revalidação do diploma anualmente. Hoje, os critérios para a revalidação dos diplomas variam de acordo com a universidade. Cabe a cada instituição comparar a ementa e a carga horária de todas as disciplinas para analisar se há equivalência ou não. Segundo o coordenador do curso de Medicina da UFSC, Rogério Moritz, as universidades estrangeiras não exigem Trabalho de Conclusão de Curso, possuem reduzido número de horas em Interação Comunitária e não dão ênfase à saúde da mulher de modo que é pouco provável que

os currículos expedidos fora do Brasil sejam compatíveis com o da UFSC. Caso a revalidação através do currículo não seja possível, resta a opção de fazer uma prova teórica. "Se o requerente demonstrar que tem suficiência no exame, recebe automaticamente a revalidação do diploma", explica Moritz.

Apenas dois dos 589 concorrentes foram aprovados na última prova de revalidação aplicada pelo Curso de Medicina da UFSC, em abril deste ano. Ambos obtiveram a nota mínima 6. De acordo com Moritz, o grande percentual de reprovações indica uma defasagem de conhecimento. "Isso significa que eles não tiveram uma preparação médica adequada, que não têm as competências necessá-

rias para exercer a profissão", afirma. Todos aqueles que não foram aprovados recebem um parecer da instituição com a lista de disciplinas indispensáveis para a revalidação. A partir desse momento, eles procuram cursos de extensão específicos para complementar o currículo. Esses cursos são oferecidos por algumas faculdades privadas com custo médio de R\$ 28 mil.

Os gastos com a revalidação são modestos se comparados ao preço total de seis anos de Medicina em uma faculdade particular no Brasil. O valor da graduação na Unisul, em Palhoça, é de R\$ 230 mil aproximadamente. Na Argentina, o investimento é quase dez vezes menor. Para a paranaense Ma-

riana Locatelli, a economia foi o principal estímulo para estudar em Buenos Aires. "Decidi estudar aqui pelo valor da mensalidade. Não tenho condições de pagar uma faculdade particular no Brasil", afirma. Mariana é formada em psicologia e como estava há muito tempo longe dos cursinhos, achava que as suas chances de passar em uma universidade pública não eram muito grandes. Ela considera que o processo seletivo na Argentina é mais justo que o nacional. "A própria faculdade oferece um curso de ingresso, com objetivo de nivelar os conhecimentos de um grupo muito heterogêneo de alunos, bem como fornecer os conhecimentos básicos para enfrentar os seguintes anos da carreira

médica. Ao finalizar o curso, cada aluno realiza uma prova. A condição para seguir em frente é ter sido aprovado neste exame, sem concorrência com outros estudantes. Apenas o que intervém é a capacidade do aluno.", relata.

Sarah Westphal

Situação

ATUALMENTE

- A tramitação pode se estender por até seis anos.
- É permitido tentar a revalidação através de diversas faculdades do Brasil simultaneamente.

NA UFSC

- Dos 589 que tentaram a prova de revalidação, apenas 2 foram aprovados
- A maioria dos currículos vem da Bolívia
- Até 2009, a inscrição era de R\$ 130. Em 2010, a taxa será de R\$ 2 mil, preço médio das outras instituições brasileiras.

NOVO PROJETO

- Mesma prova de revalidação para todas as instituições
- O processo é constituído por uma avaliação prática e uma teórica, baseada em uma matriz curricular formulada a partir dos currículos de 16 universidades públicas brasileiras.
- O novo mecanismo de revalidação não extingue o anterior.

Na UFSC

Mais de 200 currículos empilhados aguardam avaliação

A sala de reuniões do terceiro andar do Centro de Ciências da Saúde é ocupada por papéis. Empilhados por ordem alfabética, mais de 200 currículos aguardam a revalidação no Brasil através da Coordenação do Curso de Medicina da UFSC. Toda a estrutura que a graduação dispõe para avaliar e organizar esses documentos chama-se Tânia Regina Tavares Fernandes. É a chefe de expediente da Coordenação de Medicina quem compara as ementas, verifica a equivalência de cargas horárias e dá

informações a todos os requerentes. "Como as pessoas ligavam o tempo todo pedindo informações sobre a revalidação, nós estipulamos que o dia de atendimento para esse tipo de processo seria na quarta-feira. O problema é que agora eu passo segunda e terça dizendo que é na quarta, e quinta e sexta atendendo pessoas que não conseguiram falar na quarta-feira, pois o telefone estava ocupado", conta.

O coordenador do curso Rogério Moritz afirma que as revalidações abriram um novo

campo de trabalho para muitos advogados, que contestam os pareceres e cobram os prazos. Tânia ressalta que as solicitações nem sempre são coerentes: "Tem gente que quer o direito de revalidar direto, uns absurdos assim".

Para Rogério, o excesso de currículos à espera de análise e a falta de pessoal para agilizar os procedimentos congestionam sua gestão. "Com tantos processos, os planos que eu tenho para o curso de Medicina acabam ficando em segundo plano", lamenta. (S.W)

Setor tecnológico cresce na capital

Incubadoras assistem o surgimento de centros de tecnologia e auxiliam o seu desenvolvimento no mercado

Quem passa as férias de verão em Florianópolis e se depara com hotéis superlotados, ruas engarrafadas e turistas falando vários idiomas acha que o turismo é o setor mais produtivo da ilha. Essa realidade mudou há cerca de três anos, quando a tecnologia ultrapassou o turismo em contribuição de impostos, tornando-se o setor que mais rende. No ano passado, a arrecadação declarada do turismo foi de R\$ 4 milhões, enquanto a tecnologia arrecadou R\$ 10 milhões.

Crescimento contínuo

Nos últimos cinco anos, a tecnologia teve um crescimento muito acima do considerado tradicional. Entre 2006 e 2007, o ramo cresceu 48% e, entre 2007 e 2008, os números chegaram a 62%. Segundo a Associação Catarinense de Empresas de Tecnologia (Acate), Florianópolis conta hoje com mais de 400 empresas no setor.

Mas as belas praias também contribuem para o sucesso da tecnologia em Florianópolis. Entre os fatores apontados como decisivos para o crescimento estão a qualidade de vida - que atrai e faz com que as pessoas não abram mão de viver na cidade - e a alta qualidade do ensino nas universidades da região. Esse processo teve início na década de 80, com o reconhecimento dos cursos superiores do Centro Tecnológico da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). "Precisávamos arrumar emprego para poder viver na ilha e, então, criamos empresas", conta Rui Luiz Gonçalves, presidente da Acate.

Outro fator apontado por José Eduardo Fiates, diretor executivo do parque tecnológico Sapiens, é a retroalimentação do setor. "A partir do momento que criamos pólos tecnológicos, estimulamos o surgimento de novas ideias e iniciativas em um processo circular."

Do nascimento à graduação

As incubadoras de empresas foram protagonistas para a consolidação

da tecnologia no atual cenário econômico. A grande Florianópolis conta, hoje, com oito instituições desse tipo, responsáveis por facilitar e estimular a criação de novos empreendimentos. Entre os serviços oferecidos pelo incubadora estão a consultoria para gestão de negócios e captação de recursos, espaço físico, infraestrutura e treinamentos. "Elas têm o papel de captar recursos e mercado e promover a interação entre as que estão incubadas e aquelas que já estão consolidadas", explica Gonçalves.

Além de impulsionar e acompanhar a criação de empresas, as incubadoras têm funções mais subjetivas no contexto social. "Elas são responsáveis por promover e dinamizar a cultura do empreendedorismo na região", diz Fiates. Estimulando a inovação, também assumem a função social de aprimorar o conhecimento e de integrar universidades, empresas e governo.

Somado a isso, o fato de concentrarem muitas empresas com os mesmos objetivos faz com que o ambiente das incubadoras seja, ao mesmo tempo, competitivo e cooperativo. Arnaldo Timmermann esteve envolvido nesse processo e confirma: "É muito difícil trabalhar isolado no setor de tecnologia. Precisamos de parcerias, que são mais fáceis de desenvolver quando as empresas estão próximas. Esse contato também impulsiona a troca de informação".

Timmermann é um dos fundadores da Spherical, empresa de teleco-



Localizado na SC-401, o Celta foi uma das primeiras do país, criada em 1986

municações que ficou por um ano e oito meses na incubadora do Centro Empresarial para Laboração de Tecnologias Avançadas, o Celta. Durante o período em que sua empresa esteve incubada, ele firmou uma sociedade com outra empresa, que passou a fabricar seus produtos. Pôde, também, identificar as vantagens oferecidas por essas instituições: ambiente propício para idéias inovadoras, contato com fornecedores e parceiros, relação com a mídia, informação e prioridade na distribuição de verbas do governo.

Embora a Spherical tenha se consolidado no mercado com menos de dois anos de incubação, as empresas levam cerca de quatro anos para se graduar. Elas entram na incubadora

por meio de editais de seleção, apenas com um plano de negócios. Ali, a empresa cresce, desenvolve-se e se consolida tanto na parte administrativa quanto econômica. Assim como acontece no desenvolvimento de uma criança, uma empresa incubada recebe menos ajuda com o passar do tempo, até conseguir se manter sem nenhum auxílio da "mãe-incubadora". (veja infográfico)

Investimentos direcionados

Os incentivos governamentais são outros atrativos para que uma empresa entre na incubadora. Instituições como a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e a Fundação de Apoio à pesquisa

científica e Tecnológica do Estado de Santa Catarina (Fapesec) têm lançado editais que priorizam projetos de incubadoras e empresas nascentes. "Não é algo fixo, mas tem sido constante nos últimos anos", diz Tatiana Fiúza, assessora do Midi Tecnológico, a incubadora da Acate.

Os impostos recolhidos das empresas de tecnologia em Florianópolis têm a tarifa mais baixa prevista na legislação: 2%. "Poderíamos cobrar até 5%, mas cobrando menos, incentivamos esse campo a crescer ainda mais", diz o secretário adjunto de tecnologia, Alcides Andrade. Um dos motivos da criação, neste ano, da Secretaria de Tecnologia, foi o desempenho dessas empresas. A secretaria também colabo-

ra em eventos, como o Fórum Global de Inovação e Empreendedorismo. (veja box)

A incubadora Celta e o Midi Tecnológico foram consideradas as melhores do Brasil, em 2008, pela Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores (Anprotec). No Celta, o índice de mortalidade das empresas incubadas, após três anos de graduação, é de 3%, enquanto que, pelos dados da Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores, as não-incubadas têm uma taxa de mortalidade de 24,1%.

Desafios

Apesar da força das incubadoras e do setor de tecnologia experimentar um crescimento inédito em Florianópolis, ainda há muitos pontos para melhorar. As empresas incubadas hoje na região, depois de graduadas, não terão mais um ambiente sinérgico para desenvolverem suas ideias. Para Tony Chierighini, diretor do Celta, é necessária a construção de parques tecnológicos, que concentrem empresas e favoreçam a competitividade e a troca de informações. Esses aspectos fazem falta na nova fase da Spherical, que interage menos com outras empresas desde que saiu da incubadora.

Para Fiates, diretor-executivo do Sapiens Parque, os desafios são atrair cada vez mais investimentos e parcerias, fazendo com que as empresas acessem o mercado. Gonçalves, presidente da Acate, aponta a necessidade para a ampliação de instalações e de mais recursos humanos para que o setor continue crescendo. "Dessa forma podemos tornar visível o que foi invisível até agora. De repente Florianópolis aconteceu para o Brasil. Agora, queremos acontecer para o mundo."

Gabriela Bazzo e
Andressa Dreher

Mundial

Encontro do ramo estreia no Brasil

Como resultado do bom desempenho do setor de tecnologia em Florianópolis, a cidade recebe entre os dias 26 e 30 de outubro o 3º Fórum Global de Inovação e Empreendedorismo (Infodev) e o Seminário Nacional de Parques Tecnológicos. O evento pretende dar visibilidade às incubadoras e aos parques tecnológicos. Além do Fórum, haverá a entrega do 13º Prêmio Nacional de Empreendedorismo Inovador.

As edições anteriores do Fórum tiveram a Índia como sede, país destaque mundial em tecnologia. Promovido pelo Banco Mundial, o evento deve trazer cerca de mil visitantes de 70 países para a ilha.

Outra conquista importante é a nomeação de José Eduardo Fiates, diretor executivo do Sapiens Park, para a presidência da divisão latina da Associação Internacional de Parques Tecnológicos. Assim, Fiates fará parte do Conselho Mundial da entidade, com 200 mil empresas associadas.

"Essa nomeação é o reconhecimento da experiência de Florianópolis e de Santa Catarina como um caso de sucesso. Isso vai nos proporcionar novas parcerias e acesso a novos mercados, além de nos colocar como liderança da América Latina, dentro de um espaço privilegiado na discussão mundial", avalia Fiates. (G.B. e A.D.)

Quais os passos para a empresa se graduar na incubadora

1º passo

Plano de negócios

2º passo
Crescimento

Quantidade de serviços
prestados pela incubadora

3º passo
Consolidação

Graduação

O gráfico é construído de cima para baixo para mostrar que a empresa sai da incubadora com "o pé no chão". Assim como na formação de um filho, a incubadora diminui o auxílio gradualmente, até que a empresa esteja pronta para ir para o mercado sozinha.

ZERO

“Não contém glúten” faz parte do dia-a-dia das pessoas celiacas

Dieta sem o consumo da proteína é a única forma de tratamento para a doença de origem genética que afeta o intestino delgado

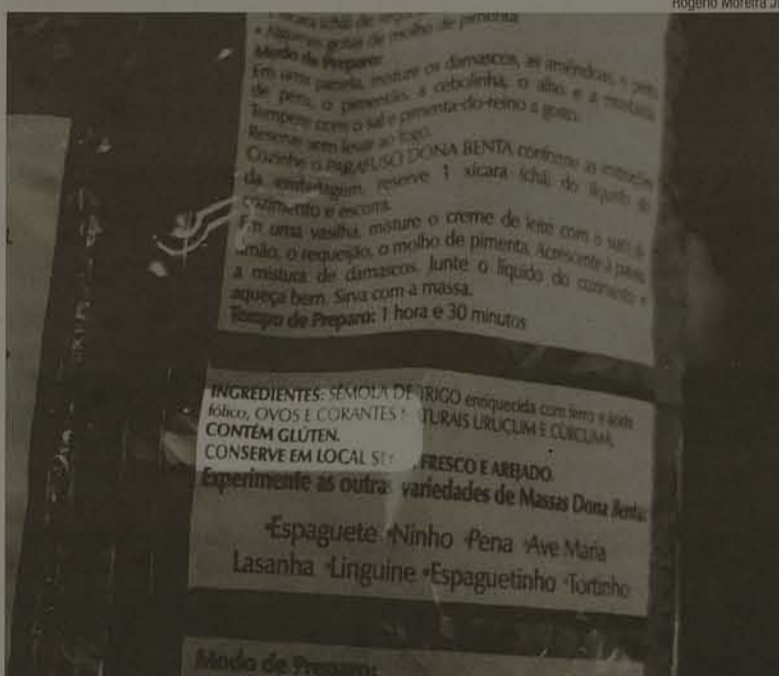
Quando vai ao mercado, Eliana Rocha precisa ler todos os rótulos dos alimentos que compra, já que em sua casa não entra nada que contenha glúten. Todo esse cuidado é porque seu filho, Mateus, é celiaco.

A doença celiaca é genética, e ocorre devido à intolerância permanente ao glúten, proteína encontrada no trigo, aveia, cevada, centeios e derivados. Ela induz a produção de anticorpos, que agem no intestino delgado, resultando em dificuldades para absorver nutrientes dos alimentos, sais minerais e água. Sem nutrientes, o organismo enfraquece e perde imunidade.

Mateus era um bebê saudável até adoecer, quando tinha um ano de idade. O garoto teve bronquite, perdeu peso e apresentou inchaço na barriga. Tudo isso em cerca de duas semanas. Os pais nunca tinham ouvido falar da doença até descobrirem que o filho era celiaco. A preocupação fez com que o esposo de Eliana fosse à internet buscar informações. Eles criaram, então, uma página contando a história da família e passaram a compartilhar receitas sem glúten. Do desconhecimento do tema, o casal passou a ser líder na luta pela inclusão social dos celiacos. Hoje, Eliana é presidente da Associação dos Celiacos do Brasil em Santa Catarina (Acelbra-SC) e seu marido ministra palestras sobre a doença.

Florianópolis é considerada o paraíso para os celiacos. A cidade merece o título por apresentar algumas vantagens, como ter estabelecimentos que se preocupam em oferecer alimentação diferenciada aos portadores da doença. Donos de restaurantes e supermercados procuram a Acelbra para receber orientações sobre como preparar os alimentos. Uma pizzaria, por exemplo, desenvolveu suas receitas de massas sem a substância, e o único café colonial sem glúten é servido todos os anos na capital.

A doença geralmente é diagnosticada entre o primeiro e o segundo ano de vida, como no caso de Mateus, mas há pessoas que levam muito tempo até saberem que são celiacas. Eliana conta que entre os associados da Acelbra, há casos de todas as idades e que descobriram a doença em diferentes fases da vida: dois senhores, irmãos gêmeos, souberam que eram celiacos e começaram o tratamento aos 88 anos.



Lei Federal estabelece que embalagens tragam indicação da presença ou não do ingrediente

A estudante de História Laura Pereira, 22 anos, descobriu que era celiaca aos 15. Ela relata que sempre teve uma anemia muito forte, até que a médica a orientou a fazer uma biópsia do intestino – considerado o “exame de ouro” para detectar a doença.

A jovem teve que mudar sua rotina, já que as principais alternativas de lazer com os amigos envolviam refeições, como ir à pizzaria ou comer pastel. No início, ela passou a sair de casa com menos frequência, mas agora não se importa mais. Pede aos amigos para escolherem lugares que sirvam comida sem glúten ou leva lanche feito em casa: “abro o potinho na cara-de-pau”, conta a estudante com bom humor.

Além da dieta, o celiaco tem que tomar precauções com o preparo dos alimentos. Talheres que tiveram contato com glúten não podem ser utilizados no preparo das refeições. O risco de contaminação também está ao comer fritura, caso o óleo já tenha sido utilizado para outro alimento que contenha a substância. Foi por isso que a mãe de Laura, que faz salgadinhos para vender, resolveu mudar de cozinha. Ela deixou de alugar a *kitnet* nos fundos de casa para usar o espaço e continuar com seu trabalho. Assim, a cozinha de uso comum ficou livre do risco de contaminação.

Desde 2002, existe em SC o “Programa de Assistência às Pessoas Portadoras da Doença Celiaca”, definido por lei estadual. A legislação determina que a

Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e da Família garanta, mensalmente, cesta básica com produtos sem glúten aos portadores de doença economicamente carentes. Para ter esse direito atendido é preciso apresentar o diagnóstico assinado por um médico.

A Organização Mundial de Gastroenterologia divulgou, em 2005, uma estimativa de que uma em cada 300 pessoas no mundo são celiacas. No Brasil, não há estatísticas exatas sobre a quantidade de pessoas com o distúrbio. Eliana relata que em uma escola técnica em Joinville dos 2000 alunos, 30 são celiacos, e entre os 80 professores, quatro são portadores da doença. A Secretaria de Educação de Florianópolis levantou que dos 27.228 alunos da rede municipal de ensino, 23 são celiacos.

Como o único tratamento é a dieta isenta de glúten, em 2003 o presidente Lula sancionou a lei nº 10674, que determina: “Todos os alimentos industrializados deverão conter em seu rótulo e bula, obrigatoriamente, as inscrições ‘Contém Glúten’ ou ‘Não Contém Glúten’, conforme o caso”. A presidente da Acelbra considera a lei uma conquista, mas alerta que é preciso sempre ler o rótulo, pois mesmo que esteja expresso que não há a proteína, o produto pode conter fibra de trigo e outros componentes, que também fazem mal aos celiacos.

Joana Neitsch

Estudantes de Florianópolis têm acesso à alimentação diferenciada

A rede municipal de ensino de Florianópolis oferece acompanhamento e alimentação adequados aos estudantes portadores da doença celiaca. O projeto, que tem o objetivo de incluir os alunos com necessidades alimentares especiais, atende os celiacos e intolerantes à lactose. Está em implantação o atendimento, também, aos alérgicos à proteína do leite, e ainda em estudo projetos relacionados aos diabéticos.

As medidas visam diminuir a desnutrição por doença associada, um dos problemas de saúde mais recorrentes entre os estudantes celiacos. No primeiro semestre de 2005, quando o projeto começou, eram 11 crianças com a doença celiaca na rede municipal, e 58% delas estavam desnutridas. Hoje, são 23 celiacos, e a desnutrição foi erradicada entre eles. O baixo peso, a anemia, a dificuldade de aprendizado, o retardo no desenvolvimento e a diarreia crônica também são sintomas do distúrbio alimentar nas crianças. A cada seis meses, os alunos celiacos passam por avaliação médica, já os outros estudantes recebem o atendimento uma vez por ano.

No início, as escolas pediam orientação nutricional à Secretaria Municipal de Educação e então a alimentação especial era servida apenas para os estudantes que precisavam. De acordo com a nutricionista da secretaria, Angélica Magalhães, as crianças menores trocavam o lanche diferenciado com os colegas, e as maiores ficavam inibidas em serem diferentes da maioria, o que não levou a bons resultados. Baseado nisso, a estratégia do programa foi alterada, e agora se um aluno de determinada

escola é portador da doença celiaca, todos os demais recebem a alimentação diferenciada. “Partimos do pensamento que se um alimento faz bem ao celiaco, também faz bem a quem não tem a doença, e assim a criança portadora se sente incluída na sociedade”, explica a nutricionista.

Além da educação alimentar, há o treinamento das merendeiras, dos profissionais da escola e das famílias dos celiacos, para que o cuidado se estenda além do ambiente escolar.

Os alimentos diferenciados fornecidos são a massa de arroz sem glúten – que substitui o macarrão – biscoito doce, alimento a base de soja – que substitui o leite – e mistura para bolo sem glúten e também sem lactose. Pães e biscoitos salgados não são fabricados sem a proteína, então são eliminados das refeições servidas nas unidades de ensino com alunos celiacos.

Intolerância à lactose

Um dos tipos da intolerância à lactose, o transitório (tipo dois) é frequente nos celiacos. Segundo Angélica, é comum a criança apresentar o diagnóstico de doença celiaca e também de rejeição à lactose, e depois de receber a dieta adequadamente, deixar de ser intolerante a proteína do leite.

Já para os portadores de diabetes, há apenas a orientação nutricional, sem o fornecimento de alimentação adequada. O projeto de atendimento, assim como dos celiacos, ainda não tem data prevista para acontecer.

Michel Siqueira

Nutrição

Cuidado ao comprar os alimentos

Na lista do supermercado de uma pessoa celiaca não entram produtos com glúten. Uma dieta rigorosa deve ser seguida como única forma de controlar a doença. Devem ser retirados da alimentação produtos que tenham, também, ingredientes como o trigo, aveia, centeio, cevada e malte. Está liberado para os celiacos:

- Todas as frutas e verduras
- Carnes e frutos do mar
- Leguminosas (feijão, lentilha, broto de feijão, grão de bico, ervilha seca)
- Sementes oleaginosas (amendoim, nozes, amêndoas)
- Grãos (soja, quinoa, amaranto)
- Farinhas e féculas de arroz, milho, batata, mandioca
- Ovos
- Gordura e óleos (azeite, manteiga, margarina e óleos vegetais)
- Leite e derivados (leite em pó, leite integral, semi-desnatado e desnatado, leite condensado e creme de leite)
- Bebidas (sucos de frutas e vegetais naturais, refrigerantes e chás. Vinhos, champagnes, aguardentes e saquê. Cafés somente com o selo da Associação Brasileira da Indústria do Café)
- Açúcares e doces (mel, melado, rapadura, geleias de frutas, doces e sorvetes caseiros, achocolatados de cacau)
- Condimentos (sal, pimenta, cheiro-verde, temperos caseiros, maionese caseira, vinagre fermentado de vinhos tinto e de arroz)

Ao consumir os alimentos industrializados, deve-se prestar atenção à indicação na embalagem da presença ou não do glúten.

Fonte: Associação dos Celiacos do Brasil - Acelbra

Opções alternativas de lazer auxiliam no tratamento

Generalizar os casos de uso excessivo da internet é incoerente. É o que explica a psicóloga Sylvia VanEck, do "Programa Estruturado de Psicoterapia de Grupo", do Hospital das Clínicas da USP. "Usuários que passam muitas horas conectados, no ambiente de trabalho, são diferentes daqueles que acessam constantemente sites de relacionamento, como o *Orkut* e *Facebook*, jogos eletrônicos, salas de bate-papo, e-mails e fóruns de discussão". Os que trabalham até podem não ter uma boa saúde por outros fatores, mas se limitam à simples navegação moderada de abrir um *link* aqui, outro ali.

Da diferenciação desses dois tipos de usuários, é possível identificar sintomas característicos dos dependentes, que passam a apresentar distúrbios. De acordo com Sylvia, os mais comuns são: transtorno de ansiedade e de atenção, autoestima baixa, irritabilidade, instabilidade emocional e depressão.

Além disso, os afetados sentem falta da companhia da internet, mas não de pessoas. Isso indica um nível de dependência já avançado. "A partir do momento que usarem o mundo virtual como refúgio da vida real, e se comunicarem socialmente sem o contato direto, é perceptível que o vício esteja se tornando mais grave", completa a psicóloga.

Mas existe cura?

"Cura" não é o termo mais apropriado para indicar a finalização do tratamento. O que determina se um paciente está ou não menos dependente é a forma como ele utiliza a internet.

Aderbal Vieira Jr., psiquiatra do PROAD, defende essa ideia. "Não é a frequência ou a quantidade de acessos que caracteriza um usuário como dependente. Mas a qualidade. A palavra certa, portanto, é "balançamento", define.

O uso moderado do recurso, aliado a ações alternativas, pode gerar resultados positivos e amenizar perdas. "A saída é listar objetivos que possibilitem ao paciente reconhecer atividades que mais gosta de fazer quando não tem a internet como primeiro pensamento", esclarece Sylvia.

Ocupar a cabeça com outras opções de entretenimento também colabora. "Combinar encontros com amigos, praticar esportes, frequentar academias ou clubes, permitir o contato com outras pessoas, além do apoio dos pais fazem a diferença e impulsionam o equilíbrio da rotina do internauta", finaliza a psicóloga. (A.L.)

Grupos de apoio orientam os usuários viciados em internet

Por meio de terapia individual ou em conjunto, projetos realizados em SP mostram como internautas podem reorganizar tempo gasto na rede sem prejudicar a saúde

Você chega em casa após um dia cheio de compromissos. Liga o computador. Precisa fazer as tarefas estudantis ou continuar as profissionais.

O *Windows* inicia. O *MSN Messenger*, então, abre e conecta automaticamente na tela. Você acessa o navegador de internet. Logo estará *online*.

O que era para durar uma ou duas horas, transforma-se em quatro, cinco e até mais. Em vez de se dedicar exclusivamente às obrigações, o lazer que a rede proporciona pode chamar mais atenção e causar distração no usuário, dando margem à dependência. Já não resta muito para que o processo do vício seja estabelecido.

Grupos de ajuda

Notícia no site do jornal *O Estado de S. Paulo*, em 6 de agosto: os pais do chinês Deng Seshan enviaram o filho, considerado viciado em internet, a um acampamento de recuperação. No local, o rapaz foi espancado por um professor e, após ser levado a uma clínica, faleceu. O governo da China estima que 10% dos usuários da rede com menos de 18 anos no país estejam viciados.

No Brasil, pesquisas do Ibope mostram que há cerca de 25 milhões de usuários residenciais ativos que passam em torno de 23 horas conectados a cada mês. Entretanto, não há dados oficiais que indiquem quantos são dependentes e tampouco locais onde jovens são isolados e proibidos de utilizar a internet, como no caso chinês. O que existe são grupos de ajuda, cujo objetivo é o tratamento orientado através da psicoterapia coletiva.

Um desses projetos é o gratuito "Programa Estruturado de Psicoterapia

de Grupo", coordenado pelo professor e psicólogo Cristiano de Abreu e composto por mais cinco profissionais do Instituto de Psiquiatria do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo.

De acordo com a psicóloga Sylvia VanEck, membro do projeto, a proposta não é proibir o uso da tecnologia. "A intenção é permitir que os pacientes exponham suas rotinas de dependência e, através de conversas instrutivas, possam reduzir danos à saúde e saber distribuir as obrigações diárias, ao mesmo tempo que acessam o mundo virtual com o autocontrole, sem se prejudicarem", explica.

Após solicitarem auxílio e passarem por um processo de triagem, os candidatos são engajados nas turmas. Os atendimentos, que ocorrem semanalmente em um ambulatório, abrangem adolescentes de 12 e 13 anos. Ao todo, são 18 encontros de uma hora de duração. Os pais também participam do programa no mesmo horário, porém em atendimento separado ao dos filhos.

Essa medida amplia a liberdade de expressão dos jovens diante do grupo, composto por até oito integrantes. Em casos mais graves, é possível atendimento individual.

Segundo Sylvia, uma paciente era tão dependente da tecnologia que estava 12 quilos abaixo da média para sua ida-

de. "Como o caso não evoluiu, a família desistiu de continuar no programa. Em compensação, uma outra conseguiu retomar suas atividades, e obteve um emprego após 18 meses de tratamento".

Os adolescentes assistem a palestras informativas, com materiais bibliográficos e audiovisual de apoio para aprofundamento dos temas, além de participarem de dinâmicas em grupo. Os pais também são estimulados "a promover o diálogo para evitar desentendimentos e valorizar os pontos mais positivos dos filhos", reforça Sylvia.

O Programa de Orientação e Atendimento a Dependentes, PROAD, é outro projeto de ajuda. Gratuito e dirigido pelo professor e psicólogo Dartiu da Silveira, é ligado ao Departamento de Psiquiatria da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), cujo trabalho é auxiliar dependentes químicos e não-químicos - como os da rede.

De acordo com o psiquiatra Aderbal Vieira Jr., integrante do programa, estudam-se casos em que a dependência é vista não só como uma doença psiquiátrica, mas também uma relação doentia com algum objeto. "Embora os adolescentes sejam a camada de risco e o maior número de conectados à internet, nossos grupos são compostos por adul-

tos", diz Vieira Jr., e cita um exemplo. "Nesta faixa etária não existem muitos casos graves. Quando acontecem, são bastante delicados, como o de uma moça que não conseguia largar o jogo *'Second Life'* (rede social online) e não acordava a tempo para ir trabalhar", conta.

Para a recuperação dos participantes, são realizadas atividades com diferentes tipos de abordagem, como a medição do nível de dependência, psiquiatria direcionada e terapia individual ou em grupo.

Vieira Jr., por fim, revela qual sexo mais adere aos grupos de ajuda. "São os homens que estão mais familiarizados com o sistema; por isso, são eles quem mais participam das reuniões. Um dos motivos que colabora para isso acontecer são as páginas de pornografia digital, bastante populares no meio virtual. Mas as mulheres também não ficam atrás: buscam regularmente por auxílio".

Andrei Longen

Bruna Ultramar
Analista de Sistemas, 27 anos
Cachoeira de Itapemirim/ES

Tempo na internet: 5h/dia

O que faz: Lê notícias em portais, participa de fóruns e comunidades, faz download de filmes, músicas, séries e conversa no *MSN*. Também paga contas, compra eletrônicos e pesquisa temas de interesse pessoal.

Se acha dependente? Sim. Costumava ficar mais tempo conectada; hoje, diminuiu, mas é difícil não acessar a internet. "A globalização faz com que tenhamos de estar sempre bem informados, estudando e pesquisando. Não é só uma ferramenta de diversão".

Contratempo: Nenhum que se lembre.

Status: Online

De acordo com o Ibope, em agosto de 2009 o Brasil chegou a 37,2 milhões de internautas, crescimento de 19% em relação ao mesmo período de 2008. Redes sociais, serviços de e-mail, vídeos e sites de busca são os campeões de acesso pelos brasileiros.



Breno Ottani

Universitário, 19 anos
São José/SC

Tempo na internet: 3h/dia.
Nos fins de semana, 7h.

O que faz: Trabalhos da faculdade e também usa *Orkut*, *MSN*, e-mails e ouve música.

Se acha dependente? Não.

Contratempo: Aos 16 anos, passava muito tempo no computador. Teve conflitos familiares, pois não admitia ser interrompido ou sair da frente da tela para ceder lugar. "Por participar de jogos virtuais, minha presença era 'exigida' em determinados horários, o que me causava obrigação de estar conectado".



Munira Bergman

Universitária, 23 anos
São José/SC

Tempo na internet: 6h/dia

O que faz: Ouve música, acessa

Orkut, *MSN*, e-mails, *YouTube*. Nas obrigações, faz pesquisa, consulta catálogos de bibliotecas e lê notícias.

Se acha dependente? "Sou viciada mesmo.

Quando meu PC estragou, comprei um laptop só para mim. Reconnectei à internet e fiquei super aliviada. Fico curiosa para saber se tenho recado no *Orkut* e se há alguém interessante *online*.

Contratempo: Consegue conciliar trabalho e responsabilidades, apesar de passar madrugadas acordada.

Mais conflitos que soluções

PCHs somarão 11% da energia no Brasil, mas vai ser difícil conciliar interesses

IMPASSE

As mudanças provocadas nos rios podem até extinguir o meio de subsistência de diversas famílias. Carlos Kuhn, que trabalha com rafting e turismo ecológico em Santo Amaro da Imperatriz, (Grande Florianópolis), prevê o fim do setor no rio Cubatão Sul, onde estão previstas duas PCHs. "Na região, 63% das terras são áreas de preservação ambiental, e o turismo ecológico é a principal atividade econômica. Basta olhar outras cidades do país onde foram instaladas pequenas centrais: é impossível conciliá-las com o que fazemos", alerta. A empresa que planeja a central alega, entretanto, que vai abrir o reservatório de água durante algumas horas por dia para que a prática de esportes radicais continue.

Moradores da região chegaram a organizar o "Movimento Rio Cubatão Vivo", para fortalecer a oposição ao empreendimento. A entidade conseguiu, através de vitórias judiciais, suspender a emissão de licenças ambientais para PCHs na cidade e ganhou um prazo para que a população se manifestasse. Diferentemente das grandes centrais hidrelétricas, as empresas que pretendem instalar PCHs não são obrigadas a realizar audiências públicas.

ALTERAÇÕES AMBIENTAIS

As barragens das PCH causam alagamentos de até 3 km² na parte superior, sendo que a Aneel pode autorizar áreas maiores em algumas exceções. Também podem ocorrer desvios no curso dos rios através de tubulações, para aproveitar desníveis e aumentar a força das águas antes de encontrarem as turbinas. Nesse caso, o rio segue com uma vazão reduzida, chamada de "vazão sanitária" - calculada para manter um nível mínimo de água que garanta sua sobrevivência abaixo da barragem - até reencontrar as águas desviadas.

Ao contrário das grandes usinas, as pequenas centrais aproveitam as quedas naturais no curso do rio e por isso não precisam de barragens com grandes estruturas.

AMEAÇA

As PCHs afetam a diversidade biológica, como outras hidrelétricas, ao construírem barragens e desviarem o curso dos rios. Esses obstáculos impedem que peixes subam o leito e se reproduzam. E a falta de peixes afeta, por sua vez, animais que vivem nas margens.

O maior entrave para essa questão, segundo os ambientalistas, é que os estudos para implantação das pequenas centrais são feitos individualmente. "Pequenos rios podem ter uma sequência de cinco a dez PCH, como o Lava-Tudo, que tem sete", analisa Ricardo Arcari, engenheiro ambiental. "É uma ilusão pensar que o impacto delas é menor, 140 centrais de 10MW podem ter muito mais impacto que, por exemplo, a usina hidrelétrica de Itá (que produz 1450MW)", completa.

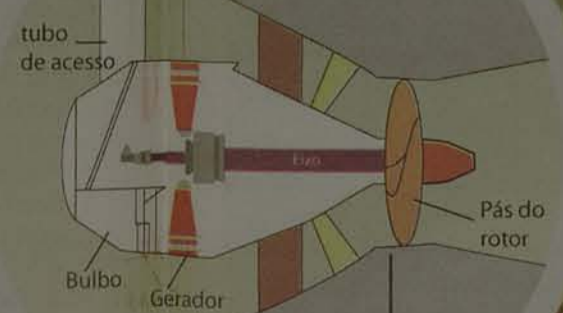
VENDA DE ENERGIA 1

As pequenas centrais podem se beneficiar do programa PCH-COM, da Eletrobrás, que garante o financiamento das obras pelo BNDES e a compra da energia pela estatal, desde que passe por um controle de qualidade. O preço pago também é definido pela empresa - obedecendo a um teto estabelecido pela Aneel.

Como medida de incentivo, o empreendedor é isento de pagar pelo uso dos recursos hídricos e das linhas de transmissão. Mas, em contrapartida, os municípios têm seu cálculo de repasse de impostos alterado, recebendo mais recursos do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços).

VENDA DE ENERGIA 2

Já as usinas construídas com investimento privado podem vender a produção no chamado "mercado livre de energia", composto por consumidores que utilizam pelo menos 5 MW, regularmente - como fábricas. Nesse caso, para reduzir os custos de operação, o governo autoriza o empreendedor a negociar a compra de energia não só com as concessionárias (como a Celesc), mas também com geradores privados.



EFICIÊNCIA

As turbinas utilizadas nas PCHs são do tipo Bulbo. Nesse modelo, o gerador é posto na horizontal dentro de uma cápsula vedada (bulbo) e tem pás similares a uma hélice de navio. Assim, o dispositivo aproveita tanto a energia da queda d'água quanto a força da correnteza, diminuindo a altura necessária de barragem e a área de alagamento.

Cenário favorável aponta destaque para Pequenas Centrais Hidrelétricas

As Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH) são usinas de pequeno porte, instaladas em rios, cuja capacidade de geração de energia é superior a um e inferior a 30 Megawatts (MW). A área de alagamento do reservatório deve ser inferior a 3 km² e os rios que a abastecem são menores e têm relevo favorável. Para se ter uma ideia, a Usina Hidrelétrica de Itaipu (PR), maior geradora hidráulica de energia no mundo, tem uma capacidade instalada de 14 mil MW e produziu alagamentos de mais de 1.000 Km². Mas à parte essa simplicidade aparente, o Brasil tem hoje 352 PCHs em operação, com capacidade de aproximadamente 3 Gigawatts, valor suficiente para abastecer 32 cidades do tamanho de Florianópolis durante um mês.

Concebido como uma forma para melhor aproveitar o potencial hidráulico brasileiro - já que, de acordo com a Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica) apenas 25% dele está sendo utilizado -, o mercado das PCHs está crescendo em ritmo cada vez mais acelerado. De acordo com José Renato Vieira, gerente da assessoria de engenharia da Eletrosul - estatal que atua na transmissão e geração de energia em SC -, os investimentos em usinas desse tipo estão se expandindo devido ao aumento do consumo energético. "A demanda no Brasil está crescendo e, com isso, exigindo a constante expansão da matriz de geração. Além disso, os potenciais hidrelétricos de grande porte estão cada vez mais escassos, e as usinas menores estão se tornando mais atrativas", explica o engenheiro.

Além disso, segundo a Aneel, as construções de PCHs representam uma alternativa rápida e eficiente para promover um aumento da oferta de eletricidade, o que pode suprir a crescente demanda registrada no mercado nacional.

Além disso, segundo a Aneel, as construções de PCHs representam uma alternativa rápida e eficiente para promover um aumento da oferta de eletricidade, o que pode suprir a crescente demanda registrada no mercado nacional.

Custos e Benefícios

Atualmente, há 73 Pequenas Centrais Hidrelétricas em construção no Brasil, sendo que 16 delas ficam em Santa Catarina. De acordo com Luiz Carlos Torres, diretor administrativo da construtora Cerbranorte, do Município de Braço do Norte (Sul de SC), o custo para edificar uma PCH é de aproximadamente R\$ 70 milhões, investimento que pode ser amortizado cerca de dez anos após a execução da obra. Para construir uma usina, o empreendedor deve apenas obter autorização da Aneel, dispensando assim o processo de licitação para ganhar uma concessão, como acontece com as demais hidrelétricas.

As PCHs contam com várias vantagens frente às grandes usinas, pois produzem um reduzido impacto ambiental e aproveitam melhor as quedas naturais dos rios. Além de serem isentas do pagamento aos Estados e Municípios pela utilização da água fluvial, não precisam,

por exemplo, aplicar o mínimo de 1% de sua receita líquida em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico. Em Santa Catarina, as facilidades para construir uma PCH são ainda maiores devido à configuração geográfica, que permite uma eficiente utilização das diversas quedas d'água nos rios do estado.

Apesar de todos esses incentivos, o custo final da energia elétrica produzida pelas PCH é maior que o de uma hidrelétrica grande. Vieira explica que esse aumento decorre da redução proporcional dos custos à medida que se expande a escala de produção. "Uma turbina de 100 MW, por exemplo, custa menos do que dez pequenas turbinas de 10 MW, e a parcela deste custo refletida na tarifa será maior para as usinas menores. O mesmo acontece com os demais equipamentos, com os projetos e com as obras de implantação", explica o gerente.

Destino

A energia produzida pelas PCH depende dos sistemas de transmissão e distribuição do governo para chegar ao destino. Segundo Torres, "o acesso às redes não é livre e, portanto, precisamos de permissão para nos ligarmos. No nosso caso, a Celesc tem que autorizar a entrada na sua rede de distribuição, que, por sua vez, está conectada ao sistema elétrico brasileiro". Vieira acrescenta que no caso das fontes alternativas, como nas PCHs, existe uma redução na Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão (TUST) e na Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD) que chega a 50%, uma medida criada pelo governo federal para melhorar a atratividade econômica das centrais.

Depois de produzida, a energia oriunda das PCHs pode ser aproveitada de duas formas, conforme relata Augusto de Seixas Vargas, engenheiro eletricista e gerente do departamento de Geração da Celesc. Ele explica que o empreendedor pode comercializar livremente a energia gerada, ou então consumi-la em uma empresa da qual também é proprietário e comercializar o excedente. Atualmente, o valor do MW/h da energia de uma pequena hidrelétrica custa em torno de R\$ 155.

O Brasil é um país que tradicionalmente prioriza as usinas hidrelétricas. Hoje, 71,2% da matriz energética nacional é proveniente de fontes hidráulicas, sendo que o potencial criado pelas PCHs representa 2,73% de toda a energia produzida no País. Para os próximos anos, já foram autorizados pela Aneel 153 empreendimentos, que gerarão uma potência de mais de 2 milhões de kilowatts. Isso significa que, em pouco tempo, 11% da energia brasileira virá das pequenas centrais hidrelétricas.

Reportagem: Pedro Dellagnelo Arte: João Doliveira

Angeli Maros

Rock em SC ganha espaço e desafios

Festivais em hiato, projetos que acabam. Ainda assim os proletariados do ritmo seguem com guitarras plugadas

Viver de rock no Brasil não é moleza. Aquela sonhada vida com a típica tríade “sexo, drogas e rock’n roll” se tornou de vez a mais completa utopia. Para quem tem que batalhar por conta própria então, a fantasia é totalmente impossível. Falta grana, falta um público sólido e fiel que prestigie sua música, faltam bons lugares pra tocar.

A cena independente de Santa Catarina, embora tenha conseguido nos últimos tempos conquistar um avanço meio tímido, aos trancos e barrancos, pareceu enfrentar um retrocesso neste ano. Dois dos festivais mais importantes do estado – o Rural Rock Fest e o Tschumistock – foram cancelados, e o Clube da Luta, projeto que reunia bandas autorais de Floripa, teve seu fim decretado. Mas esse tal retrocesso aparente é tido como tal apenas a olhos mais superficiais e desavisados. No *underground* catarinense, os projetos e iniciativas dos músicos continuam

aumentando – em número e alcance.

“Sinceramente, eu vejo que não há crise, pelo contrário, há uma reação em curso pelo estado, em cidades como Joinville, Blumenau, Rio do Sul, onde as bandas estão se mobilizando”, avisa o jornalista Marcos Espíndola, guru das bandas do estado, que divulga as novidades da cena todo dia em sua coluna no jornal *Diário Catarinense*. Pode não haver crise, de fato, mas por que os festivais no estado não dão certo? E por que isso acontece aqui se no resto do Brasil o negócio cresce e ganha força?

A resposta pode ser resumida a uma frase: falta dinheiro e apoio institucional. Também não é possível comparar o Rural e o Tschumi com os festivais do resto do país, principalmente os

ligados a Associação Brasileira de Festivais Independentes (Abrafin). O perfil é bem diferente, sem o clima “hippongo” e totalmente independente que os daqui têm, com acampamento e contato direto com a natureza e sem vínculo comercial com marcas ou mídias.

As dificuldades financeiras prejudicam o crescimento dos festivais, que são ignorados pelos editais culturais do governo do estado, por representarem temáticas artísticas não comerciais e não convencionais. Algo marginal ao significado de “cultura” para as autoridades catarinenses. “Creio que a classe governante só vê esse tipo de iniciativa como trampolim eleitoral e as empresas têm medo de associar seu nome à palavra ‘rock’”, afirma Vinícius Zimmerman, vocalista e guitar-

rista da banda Da Caverna e organizador do Rural. Vinícius acredita também que falta mobilização da classe artística: “O que eu vejo é que, na maioria dos casos, os artistas ainda encaram seu ofício como hobby. Falta uma postura de profissional da arte”.

Já Rafael Tschumi, que encabeça a realização do Tschumistock, observa ainda outros fatores: além da falta de apoio do poder público, os festivais têm que enfrentar uma forte burocracia, encarar o preconceito da comunidade com o evento, e ainda convencer toda uma nova geração habituada aos videogames e aos celulares a participar dos festivais. “Essa geração é formalizada ou formatada demais para fazer coisas diferentes, fora da rotina. Escutar mp3 em casa ou no porta-malas do carro parece ser muito mais interessante do que assistir a um show ao vivo”.

Marcelo Andreguetti

“Os músicos não adotam uma postura profissional e encaram o ofício como um hobby”

Novos projetos procuram impulsionar os festivais alternativos em Santa Catarina

Na capital, o Clube da Luta acabou, mas a motivação do “término” de atividades está longe de ser o insucesso. “Durante sua existência, [o Clube] cumpriu sua missão, tanto que hoje a produção musical regional é considerada pauta relevante a ser discutida e analisada”, afirma um dos fundadores, o guitarrista Gustavo Barreto, da banda Sociedade Soul. O evento, que usava principalmente a casa de shows Célula para divulgar bandas e artistas locais com produção autoral, deu lugar para o projeto Escute!, de mesmas intenções, porém com uma perspectiva mais profissional, envolvendo a criação de um selo e produtora.

Para Barreto as razões para a fórmula do Clube não ter funcionado são várias, mas o guitarrista critica principalmente o preconceito do público com aquilo que acontece por perto: “É a falta de vontade política, de identificação cultural de um

povo tão diversificado e o desinteresse generalizado de conhecer o que está próximo de nós”.

A criação do Escute! é um sinal de que os músicos independentes do estado estão reagindo e mantendo acesa a chama do rock catarinense. Exemplo disso são os “coletivos”. Um coletivo reúne produtores, músicos e artistas numa espécie de “troca solidária”. Através da permuta de favores que envolvem estratégias de divulgação, oportunidades de tocar em eventos e gravar em estúdio, os coletivos ajudam a promover a música independente no esquema “a união faz a força”.

Assim também surgiu o SConectada, iniciativa de músicos do estado que, através do mapeamento dos diversos coletivos catarinenses, pretende organizá-los de maneira estratégica, do ponto de vista político e funcional. “Queremos saber quem são os *players* da cadeia pro-

ductiva, o que fazem e o que temos em comum, para solidificar a cena dentro e fora do estado”, diz Guilherme Zimmer, baterista da banda Cassim & Barbaria. Junto com o guitarrista Eduardo “XuXu”, Zimmer integra o coletivo Insecta, da capital.

E é do Insecta que parte outra iniciativa de colocar Floripa na rota dos festivais *indie* nacionais, o Floripa Noise – Experimente!. O evento tenta buscar o sucesso experimentando, vai além dos festivais mais “urbanos” de outros estados, e não irá se limitar a poucos dias.

De 13 a 21 de novembro, o Floripa Noise acontece por toda a capital, com diversas atrações. XuXu, que junto com Zimmer organiza o festival, destaca o espírito colaborativo que o caracteriza: “O Noise quer buscar a sintonia de produtores atuantes da cidade, dos artistas e da imprensa, que consigam enxergar no evento um acontecimento relevante culturalmente.”

E o trabalho da cena independente catarinense não para por aí. Ainda tem o Rock SC, um portal para divulgação dos clipes das bandas locais e o MPB – Música para Baixar, que tem entre os militantes o músico Jean Mafra, do Samambaia Sound Club, entre outros. Numa cena tão competitiva e cruel como a da música, onde a indústria fonográfica mal consegue se segurar sob suas pernas, essas pequenas iniciativas individuais animam os músicos a permanecerem firmes, fazendo da coletividade das ações a sua melhor arma.

Como disse XuXu, “se botar a cabeça pra pensar direitinho, muita coisa pode ser feita, sem necessariamente depender de um caminhar de dinheiro ou de uma ou duas pessoas”. É a lógica marxista invadindo a música: se o mercado vai mal, o melhor a se fazer é socializar. (M.A.)

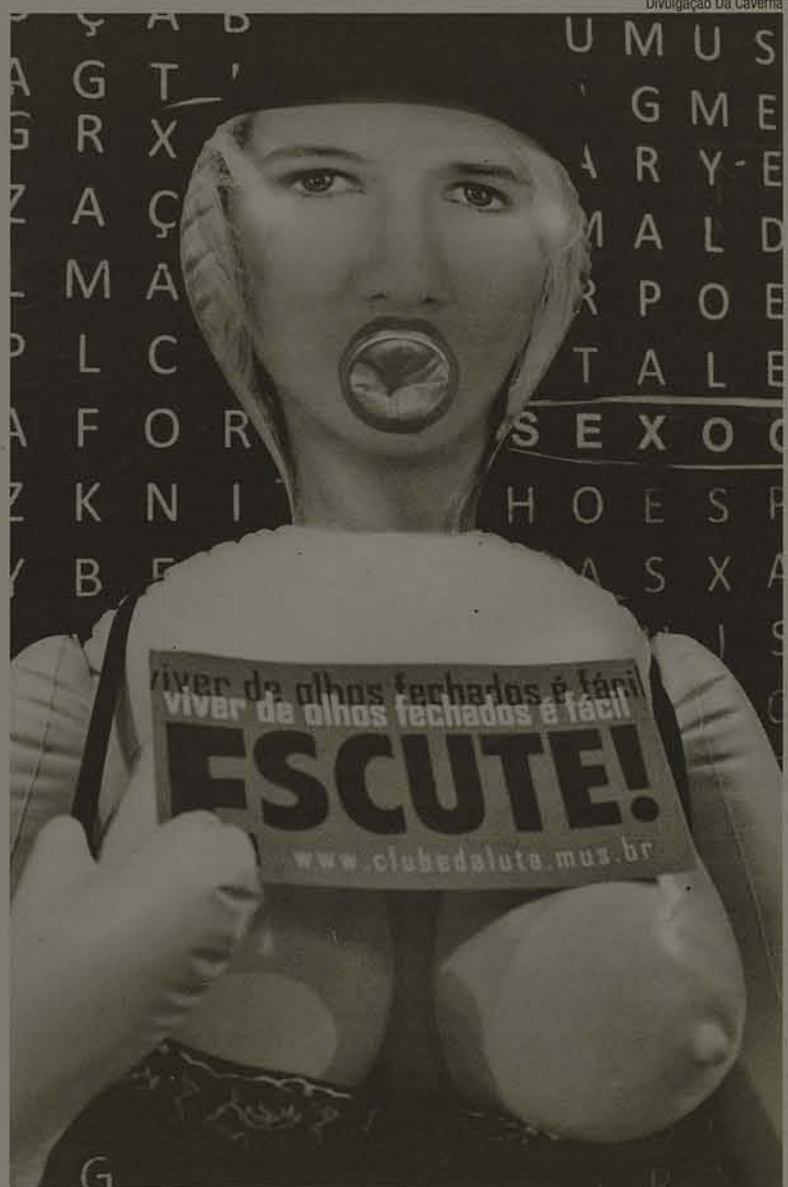


Vinícius Zimmerman, organizador do Rural Rock, critica a falta de mobilização dos artistas em SC



Rafael Tschumi

A primeira edição do Tschumistock aconteceu em 1996 sem nenhum vínculo com marcas e mídias



O projeto Escute! pretende divulgar os artistas locais e autorais, criando um selo e uma produtora



Os acadêmicos vêm da África para cursar toda a faculdade na UFSC, por meio de um acordo entre os governos. Depois de formados, eles devem voltar aos seus países e aplicar o que aprenderam durante o intercâmbio, como contrapartida ao convênio

Graduação e cultura no Brasil atraem estudantes africanos

A UFSC conta hoje com 68 intercambistas do continente. Longe de casa, eles falam sobre as diferenças culturais, a falta de informação e a frieza do povo de Florianópolis

Quem sai do restaurante universitário da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e passa pela banca de revistas, ao lado do Centro de Convivência, pode observar um grupo que conversa debaixo das árvores. O idioma que falam desperta dúvidas se é português com um sotaque diferente ou outra língua. Os estudantes africanos conversam em crioulo, mistura de dialetos da África com o português. A maioria ali é de Guiné-Bissau, segundo país africano com mais alunos cursando graduação na UFSC, com 24 acadêmicos; o primeiro é Cabo Verde com 28. Eles não sabem dizer como começaram esses encontros, mas todos sabem que é ali onde se reúnem para bater papo e combinar festas.

Os africanos em graduação na UFSC já são 68. Vindos de oito países, eles ingressam pelo Programa de Estudantes Convênio de Graduação (PEC-G). Como explica Zulmira da Silva, da Secretaria de Relações Institucionais e Internacionais, o acordo ocorre entre os governos do Brasil e dos países de origem dos alunos.

A universidade também recebe estudantes para intercâmbio nas férias. Em janeiro, um grupo de 22 alunos de Angola e Cabo Verde esteve na instituição e, em agosto, a UFSC recebeu seis acadêmicos do Moçambique. São jovens que, no final da graduação, desenvolvem aqui os pré-projetos de conclusão de curso, que serão finalizados em seus países.

Estudantes de Arquitetura, Ahmed Oluwa (Dinho) da Nigéria, e Stevon Palma, do Cabo Verde, contam que poderiam



cursar boas universidades em seus países, mas vieram para o Brasil conhecer a cultura e ficar longe de casa. Como a língua oficial na Nigéria é o inglês, é mais comum os estudantes irem para a Inglaterra, mas Dinho escolheu o Brasil e chegou um ano antes para estudar português. Ele achava que a maioria dos brasileiros era negra. "Quando cheguei no aeroporto vi muitos brancos mas achei que só ali fosse assim, pois circula gente de outros lugares".

Stevon define a interação com os florianopolitanos como "uma tristeza": ele tem muitos amigos brasileiros, mas nenhum é natural da Ilha. Os estudantes são unânimes quanto a frieza do povo. Dinho conta que em quatro anos nunca

foi convidado para almoçar na casa de um colega, enquanto nas comunidades da Nigéria todos se conhecem pelo nome e chamam os vizinhos de pai, tamanha a proximidade entre as pessoas.

Por outro lado, é a influência familiar na vida pessoal que faz Dinho não querer voltar. Em seu país, os familiares decidem o futuro do jovem e a distinção entre as tribos é muito forte. "Se você casa com alguém de outra tribo, está encrencado". Na Nigéria, a única preocupação dos jovens devem ser os estudos. Eles também não devem namorar durante a faculdade e quando se formam têm que se casar. Já no Cabo Verde, Stevon explica que as pessoas "curtem", semelhante ao "ficar". "Mas curtir é mais próximo que ficar. Fi-

car é mais vagabundagem", avisa ele, que foi criado em um lar cristão adventista. Já Dinho, que é muçulmano, explica que em seu país, as diferenças tribais e as religiosas causam divisões sociais.

Em relação às cotas, Dinho reconhece que é ruim entrar na faculdade e, por ser estrangeiro, ser o único negro da sala, mas não gosta do sistema. "Elas geram ainda mais preconceito. Teriam que dar condições para o negro competir em igualdade."

Alguns estudantes dizem que nunca sofreram preconceito. Jacqueline Moreno, de Cabo Verde, diz que se sofreu discriminação foi muito sutil, pois não percebeu. Aladje Djaló, da Guiné-Bissau, não conhecia a palavra preconceito até chegar ao Brasil, mas é compreensivo: "As pessoas são assim porque não conhecem". Dinho conta que já lhe perguntaram se ele andava com leões pelas ruas em sua terra natal. "Eu nem respondi, achei que era brincadeira, só percebi que a pessoa falava sério quando insistiu".

Quando formados, os estudantes devem voltar a seus países para levar o que aprenderam em contrapartida ao convênio feito entre os governos. E é o que a maioria pretende. Jacqueline quer voltar para o Cabo Verde e ser repórter de TV e Stevon acredita que lá terá mais espaço no mercado de trabalho. "Lá ainda está em expansão, enquanto aqui está tudo saturado."

Joana Neitsch

Seminário

UFSC discute a África atual

Desde o primeiro semestre de 2009, ocorrem na UFSC reuniões para a formação do Núcleo de Estudos Africanos e Afro-Brasileiros. O objetivo é discutir temas relativos à África, de acordo com o interesse dos participantes, através de uma abordagem contemporânea.

O núcleo é coordenado por professores e estudantes brasileiros e africanos. São feitas reuniões semanais; as primeiras têm sido apenas para a coordenação organizar sua estrutura. A partir de outubro, as reuniões devem ser abertas a todos os interessados. Dois temas para discussão já estão definidos: História da África e Literatura Africana.

Um dos desafios do núcleo é conciliar os assuntos abordados, pois temas que para os brasileiros são novidades, para os africanos podem ser elementares.

Em agosto, o núcleo organizou o seminário "Um outro olhar sobre África: história e perspectivas". O evento contou com palestras e debates de temas como a história, a cultura e a política dos países africanos, e também a sua influência na cultura afro-brasileira.

Entre as questões destacadas, esteve a de que ao se falar da África, muitas vezes apenas aspectos culturais antigos são destacados, sem considerar a complexidade do contexto atual ou limitando a abordagem da contemporaneidade do continente a doenças e pobreza.

Além disso, há os que visualizam a África como um lugar homogêneo, sem considerar o fato de que 54 países compõem esse continente com diversas etnias e diferentes histórias.

Mais informações no e-mail: africaperspectivas@gmail.com (J.N.)

Lixo eletrônico tem destino incerto

Materiais tóxicos de equipamentos são descartados no ambiente junto a resíduos comuns e pouco é reciclado

Programas de reciclagem de lixo têm recebido cada vez mais atenção do governo e da própria população. Em Florianópolis, a Comcap (Companhia de Melhoramento da Capital) recolheu em julho 497,8 kg de lixo reciclável. No mesmo mês do ano passado, esse valor era de apenas 158,8 kg. O aumento nos indicadores da coleta seletiva, no entanto, não significa que o problema do lixo caminhe para uma solução.

O lixo tecnológico continua a ser descartado como lixo comum pela maioria das pessoas. Segundo a Comcap, os garis são instruídos a não recolher computadores, televisores, rádios, celulares, eletrodomésticos, pilhas, baterias e lâmpadas de mercúrio, entre outros, quando puderem identificá-los.

Enquanto o setor de produtos eletrônicos fatura R\$ 123 bilhões por ano — segundo dados da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (Abinee) — a ONU calcula que 50 milhões de toneladas de lixo eletrônico sejam produzidas no mundo. Paulo Roberto Broggio, engenheiro mecânico que mora em Florianópolis, é um caso raro de consumidor. Tem em casa um verdadeiro “museu” de aparelhos eletroeletrônicos inutilizados, que guarda por não saber como descartar. Entre as peças, estão dois aparelhos de barbear elétricos (que não são usados há mais de 15 anos), um computador antigo, uma televisão, relógios de pulso, um cortador de grama, e dois aparelhos celulares. Para o engenheiro, esses objetos deveriam ter um fim mais nobre que o lixo comum, já que possuem materiais que podem ser reaproveitados. Além disso, se descartados sem cuidado especial, causam danos ao meio ambiente (veja infográfico).

Broggio admite que nunca procurou saber se as próprias lojas ou fábricas receberiam esse material de volta, mas considera que faltam campanhas de incentivo e divulgação de postos de recolhimento. Lembra-se de uma única vez, no ano 2000, em que trocou três monitores de computadores usados, por outros novos, em uma campanha da empresa fabricante.

No Brasil não existe legislação federal que trate claramente do papel das empresas no que se refere ao recolhimento e ao descarte desses produtos. A Lei de Crimes Ambientais determina que o fabricante de produto potencialmente tóxico é responsável pela deposição ou neutralização adequada dos componentes. Entretanto, os resíduos eletrônicos podem ser considerados parte do lixo doméstico, que é responsabilidade dos municípios.

Existem leis municipais e estaduais que tratam do assunto, como é o caso da lei catarinense 14.364, sancionada pelo governador do estado em 2008. O documento determina que

Equipamentos eletrônicos são compostos por metais pesados e substâncias tóxicas. Esses componentes, quando descartados de maneira incorreta, possuem propriedade de bioacumulação nos organismos vivos. Ao entrarem em contato com lençóis freáticos, com o ar ou com o solo são assimilados e se estendem por toda a cadeia alimentar, causando graves problemas à saúde humana. Veja o que alguns desses elementos podem causar ao organismo humano:

Pb **Chumbo:** provavelmente o elemento químico mais perigoso; mesmo em baixas concentrações pode causar dores de cabeça e anemia; age no sistema nervoso, renal e hepático.

Hg **Mercúrio:** pode causar distúrbios renais e neurológicos, mutações genéticas, alterações no metabolismo e deficiências nos órgãos sensoriais. É de fácil absorção por via cutânea e pulmonar. Concentrações entre 3 e 30g podem ser fatais ao homem.

Cd **Cádmio:** é agente cancerígeno e pode afetar os pulmões, pâncreas, testículos e coração.

Zn **Zinco:** afeta principalmente peixes e algas.

Ni **Níquel:** tem efeitos cancerígenos, provoca dermatites, distúrbio respiratórios, gengivites, cirrose e insuficiência renal.

Ag **Prata:** tem efeito cumulativo; 10g de nitrato de prata são letais ao homem.

Al **Alumínio:** favorece a ocorrência do mal de Alzheimer e tem efeito tóxico sobre as plantas.

Li **Lítio:** afeta o sistema nervoso central, gerando visão turva, ruídos nos ouvidos, vertigens, debilidades e tremores.

Arte: André Rodrigues

“todas as empresas que produzam ou comercializem produtos eletroeletrônicos são responsáveis pela destinação final ambientalmente adequada desses produtos”. Para o autor da lei, deputado Darci de Matos, para que a totalidade do lixo eletrônico seja descartada corretamente, é necessário haver uma divulgação maior a respeito da obrigação das empresas, assim como dos postos de recolhimento. Na opinião do deputado, não é função do Estado garantir o destino correto desses produtos.

Em âmbito nacional, o Projeto de Lei 203/91, que tramita na Câmara Federal desde 1991, é umas das tentativas de definição da Política Nacional de Resíduos Sólidos. Porém, a menção aos produtos eletroeletrônicos foi retirada do artigo 33, que regulamenta a “logística reversa e a reciclagem obrigatória de produtos especiais”.

Essa situação é reivindicada no blog *Lixo Eletrônico*, iniciativa que surgiu de um estudo desenvolvido por Bruna Daniela da Silva, Dalton Martins e Flávia Cremonesi, em parceria com a ONG Waste.nl, da Holanda. Através do Manifesto do Lixo Eletrônico, que já foi virtualmente assinado por 1,9 mil pessoas, os nove organizadores do blog buscam pressionar os deputados e senadores para a inclusão dos eletroeletrônicos no Projeto de Lei.

Para um dos principais colaboradores do blog, Felipe Anduerza, a determinação da lei catarinense é parte de uma resolução sustentável na gestão de resíduos eletrônicos, mas além dos produtos fabricados e consumidos legalmente, há toneladas de aparelhos adquiridos no mercado negro e uma grande porcentagem de equipamentos obsoletos que não são mais produzidos. “Esses aparelhos são igualmente tóxicos, e precisam ser contemplados por uma política de lixo eletrônico”, finaliza Anduerza.

Camila Chiodi

Negócios

Reciclagem é lucrativa, mas ainda tem pouco mercado

Uma pesquisa feita pela iniciativa internacional STEP (Solving the E-waste Problem — “Solucionando o Problema do E-lixo”, em tradução livre) estima que uma tonelada de celulares usados contenha metais que valem US\$ 15 mil. Segundo dados da Agência Nacional de Telecomunicações, somente no mês de julho, foram vendidos 2,1 milhão de novos aparelhos no Brasil. Se apenas 1% desses novos celulares fossem substituir um antigo, os aparelhos descartados renderiam cerca de US\$ 50 mil em um único mês.

De uma tonelada de aparelhos pode-se recuperar 3,5 quilos de prata, 340 gramas de ouro, 140 gramas de paládio e 130 quilos de cobre. Uma bateria de celular contém

cerca de 3,5 gramas de cobre. De computadores é possível retirar materiais de valor, como ouro, prata, paládio, cobre, estanho, índio — materiais utilizados na fabricação outros equipamentos.

Atentas ao mercado, muitas empresas já perceberam que a reciclagem de lixo eletrônico, além de trazer benefícios ambientais, pode ser um negócio lucrativo. Na China, por exemplo, 80% do lixo eletrônico da cidade de Guiyu é enviado para os EUA, onde é desmontado, derretido e vendido, rendendo US\$ 75 milhões por ano. No Brasil esta iniciativa ainda é tímida.

Em Florianópolis, a Compuciclado é um exemplo. Criada em janeiro de 2008,

a empresa recolhe lixo eletrônico — além de receber material de todos que queiram se desfazer — e revende a outras, que fazem a descontaminação, o desmonte e a reciclagem. No Brasil existem apenas duas empresas autorizadas a tratar este lixo: a Suzaquim, e a Ativa Reciclagem, ambas em São Paulo. Há quase dois anos no mercado, a Compuciclado recolhe, na Grande Florianópolis, três toneladas de placas de computadores por mês. O quilo deste material é vendido por, em média, três reais. Ao servir de intermediário entre o portador e a empresa que irá reciclar estas placas, a transportadora recebe por mês em torno de R\$ 9 mil. (Cecília Cussioli)

Carros poluidores impunes na capital

Novos índices de emissões decretados pelo Conama são um avanço, mas veículos antigos não são fiscalizados

Sheila Marangoni

O Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama) aprovou, no início de setembro, uma resolução que obriga todas as montadoras de veículos do país a reduzirem em até 35% as emissões de poluentes dos escapamentos de veículos leves, com peso bruto de até 1.700 kg. As novas regras pretendem diminuir o lançamento de gases nocivos à atmosfera como o CO (monóxido de carbono) e o NO (óxido de nitrogênio), e valem para os carros movidos a diesel a partir de 1º de janeiro de 2013 e para os que usam gasolina, 1º de janeiro de 2014.

A resolução não fez referência alguma ao controle da poluição proveniente dos carros velhos, considerados os maiores poluidores do trânsito. Florianópolis possui uma frota de 175.732 veículos, segundo a contagem do Detran até agosto de 2009, e não possui nenhuma forma de controlar a emissão desses gases. Ou seja, se o cidadão transitar com um automóvel exalando fumaça além do permitido pela cidade é quase certo que nada vai acontecer.

A legislação existe, o problema está na fiscalização. O Departamento Estadual de Trânsito de SC (Detran) determina: "transitar com o veículo produzindo fumaça, gases ou partículas em níveis superiores aos fixados pelo Conselho Nacional de Trânsito (Contran)" constitui infração grave, 5 pontos na carteira e multa de R\$ 127,69.

Segundo Marco Antonio Zanfra, assessor de imprensa do Detran, o departamento realiza vistoria desta natureza em duas situações: transferência de propriedade e solicitação da 2ª guia de propriedade do veículo, mas não é o responsável pela fiscalização de veículos nas ruas.

A Guarda Municipal de Florianópolis, de acordo com a Chefe de Operações, Maristela Pires, pertence à Secretaria de Segurança e defesa do Cidadão, portanto, se os agentes da guarda avistarem um carro poluindo em excesso as ruas da cidade, nada será feito. "Não é competência da guarda municipal fazer esse tipo de fiscalização", afirma.

Na Secretaria Municipal de Transportes, Mobilidades e Terminais é realizada vistoria nos carros da categoria aluguel, transporte escolar, coletivo, e turismo. Quanto aos carros particulares a responsabilidade é da Polícia Militar.

A Polícia Militar de SC tem autoridade para parar o condutor que estiver transitando e emitindo fumaça muito visível de seu veículo, e aplicar a multa estabelecida pelo Detran. No entanto, de acordo com o Capitão Alessandro Marques do setor de comunicação, não possui qualquer tipo de aparelho de medição para checar se os níveis do Contran foram ultrapassados. Ou seja, o motorista pode ser multado, mandar o carro para a oficina e depois recorrer do valor pago na multa.

Os gases que saem dos escapamentos passam por uma peça chamada catalisador, responsável pela transformação de grande parte dos gases tóxicos do motor em vapores inofensivos. O item existe em alguns modelos de carros desde 1992, mas

passou a ser obrigatório em 1997 com o Novo Código Brasileiro de Trânsito.

De acordo com o professor Henrique Melo Lisboa, doutor em Poluição Atmosférica da UFSC, o tempo de vida útil do catalisador é de 80 mil km ou cerca de cinco anos. Quando essa peça ultrapassa a validade, deixa de filtrar os poluentes e libera pelo cano de descarga a fumaça tóxica. "Grande parte dos veículos que circulam na cidade tem mais de cinco anos ou 80 mil km. Deveria haver a troca dessa peça, mas não existe fiscalização e ninguém quer ter um gasto em uma coisa que não vai ser fiscalizada" explica.

Osni Alves, 46 anos, mora em Florianópolis, tem carro há 15 anos e diz que faz tudo o que pode para preservar a natureza, mas perguntado sobre a última vez que mandou trocar o catalisador, a resposta é o silêncio. Como Osni, milhares de pessoas nem sabem da existência dessa peça no carro, ou preferem não saber.

Problema coletivo de saúde

"O descaso que a Prefeitura de Florianópolis tem com a qualidade do ar está materializado nos ônibus. Se você percorrer a cidade, não há um veículo do transporte coletivo sequer que não emita fumaça preta tóxica do escapamento", desabafa Henrique Lisboa. Mas o maior problema, segundo o professor, é a recusa do poder público municipal em verticalizar o escapamento dos ônibus da cidade, colocando os canos de descarga voltados para cima. Hoje eles estão localizados no meio dos veículos e voltados para baixo, o que de acordo com o especialista impossibilita qualquer forma de dispersão dos poluentes. "É uma estupidez imensa a verticalização não ter sido feita até hoje", afirma.

O professor lembra que o assunto é antigo. Há pelo menos 17 anos, a Câmara Municipal discute o tema, mas até hoje a mudança não ocorreu. No último dia 28, foi apresentado um novo projeto de lei, de autoria do vereador Márcio de Souza (PT-SC), propondo justamente o escapamento vertical nos veículos do transporte coletivo. Atualmente cinco empresas atuam nesse tipo de transporte municipal, com uma frota total de 466 ônibus.

De acordo com a Sociedade Brasileira de Cardiologia (SBC), é comprovado que a poluição do ar aumenta não só o número de infartos, mas também as arritmias cardíacas, as crises de asma brônquica e as infecções respiratórias. A SBC estima que as doenças cardiovasculares matem, a cada ano, 300 mil brasileiros.

Para o médico cardiologista e coordenador de campanhas de prevenção no estado de SC, Evandro Campos Albino, só medidas governamentais não bastam, a população tem que fazer a sua parte. "As pessoas devem adotar medidas alternativas, outras formas de se deslocar que não os veículos. O uso de bicicletas que começou agora em Blumenau é um ótimo exemplo".

Sheila Marangoni



Ranking

Ibama divulga lista dos veículos mais "verdes"

Quem for comprar um carro novo a partir de agora tem uma ferramenta de auxílio na escolha do modelo. O Ministério do Meio Ambiente (MMA) e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais (Ibama), divulgaram no início de setembro um ranking de poluição dos carros segundo os critérios do Programa de Controle de Poluição do Ar por Veículos Automotores (Proconve).

A lista reúne 250 modelos com motores a álcool e gasolina e compara os níveis de emissão de monóxido de carbono, hidrocarbonetos e óxidos de nitrogênio liberados pelo escapamento.

Cada carro cadastrado no sistema recebeu uma "nota verde"

e um indicador do número de emissões de gás carbônico (CO₂). A escala vai de 0 a 10, quanto maior a nota, mais ecológico é o modelo, e quanto menor, mais sujo. Na relação, o carro mais "verde" é o Ford Focus, com a nota 9,4, e no final da lista, com 4,8, o Corsa, da Chevrolet.

Através do site do MMA e do Ibama o condutor pode informar a marca, modelo e ano do veículo e ter acesso ao nível de poluição de seu carro, além de comparar modelos diferentes. Até o momento apenas carros fabricados em 2008 estão cadastrados no sistema. (S. M.)

Parceria entre estado e empresas privadas gera presídio modelo

SC combate a superlotação com a construção de nova unidade e investe em métodos laborais para ressocialização de detentos

Em dezembro começa a construção da segunda unidade prisional industrial do Estado, em Lages. Afrânio Camargo, presidente da Comissão de Direitos Humanos da subseção da OAB na região serrana fez a proposta, no fim de setembro, para a Secretaria de Desenvolvimento Regional de Lages. A Secretaria encaminhou o projeto ao governador Luís Henrique da Silveira, que se interessou "ao ver a atual situação do Presídio Regional de Lages", conta Camargo. Com capacidade para 78 detentos, o local abriga hoje 386 apenados, ou seja, cinco presos para cada vaga. "Em proporção, é uma das maiores superlotações do País".

O novo presídio – uma unidade para mulheres e presos de baixo risco, como os que cumprem pena por não pagarem pensão alimentícia – vai contar com 300 vagas. A Prefeitura doou o terreno onde será feita a obra orçada em R\$ 10 milhões para o Governo do Estado de Santa Catarina, e em troca recebeu outro terreno do Estado.

Apesar de a construção ainda não ter se iniciado, a nova unidade já foi contratada por duas empresas de Joinville que ofereceriam trabalho para até 500 detentos, mas as propostas foram recusadas, já que se pretende dar prioridade às empresas lageanas. A Associação Comercial e Industrial de Lages também já demonstrou interesse.

Reeducação pelo trabalho

No bairro Paranaguamirim, em Joinville, funciona há quatro anos a Penitenciária Industrial Jucemar Cesconetto, a primeira unidade prisional industrial do Estado, com capacidade para 366 pessoas – e onde estão exatamente 366 presos. Esta é chamada de industrial porque funciona através de uma parceria do Estado com empresas privadas. Uma delas, a Montesinos, cuida da manutenção e da logística da unidade. Por isso não há superlotação: se houver uma rebelião, é a empresa contratada que deverá arcar com os custos.

Todo mês, o Governo do Estado de Santa Catarina paga R\$ 880 mil para a Montesinos, a fim de que a empresa providencie vigilância, uniformes, produtos de higiene, limpeza e manutenção. Para fazer a limpeza do local, a Montesinos contrata doze apenados. Isso é o que as outras empresas parceiras do

Governo do Estado também fazem no local – desenvolvem atividades laborais com 166 dos 366 presos, que recebem pelo menos um salário mínimo cada. O salário do apenado representa 75% do valor repassado pela empresa, já que os outros 25% são investidos na penitenciária.

Como em qualquer outra unidade prisional do Brasil, em Joinville o trabalho também funciona como redutor de pena – a cada três dias de trabalho, deduz-se um dia de prisão. Geralmente, os presidiários do regime aberto e semi-aberto precisam de autorização judicial para trabalhar. No entanto, na Penitenciária Industrial de Joinville é diferente, porque os presos do regime fechado, que cumprem penas maiores, também trabalham e não precisam de autorização judicial, já que todo o serviço é feito dentro da Penitenciária. "O preso de regime fechado tem de trabalhar. Se está condenado a 30 anos, ele sai dez anos antes", ressalta Fábio Augusto da Silveira, gerente de Execução Penal da Penitenciária.

Entre as outras empresas que atuam na unidade prisional, estão a Tigre, a Ciser, a Busscar, a Schulz, a Maycon, a Nutribem, Usar, a Segredo Solar e a Caribor. Esta última faz, por mês, "a análise de 900 mil a um milhão de retores para máquinas de lavar, além de uma peça da direção dos carros Fiat e de outra usada na embreagem de motos", conta orgulhoso o apenado e coordenador do trabalho dentro da penitenciária, Ismael Buono, de 36 anos.

Ismael já esteve também nas penitenciárias de Blumenau, de Florianópolis e agora está em Joinville. Para ele, a Penitenciária Industrial foi a que lhe deu condições para querer mudar de vida. "Nada se compara à Penitenciária Industrial de Joinville. É a única do estado em que acontece ressocialização. Aqui funciona". Ele afirma que as empresas não contratam pessoas com antecedentes criminais, e que ali eles têm a oportunidade de mostrar seu trabalho e a chance de continuarem naquelas empresas após o cumprimento da pena. "Eles dão oportunidade. Eles incentivam a gente a mudar", enfatiza.

O incentivo vem não só no trabalho de seis horas por dia, mas também nos estudos. Preso na Penitenciária Industrial há um ano e dez meses, Ismael já terminou ali o ensino médio, e agora faz um curso profissionalizante.

O presídio possui uma biblioteca com aproximadamente 3 mil livros, e quatro salas de aula, utilizadas para cursos de alfabetização, aulas de ensino fundamental e médio e cursos profissionalizantes de instalações elétricas. Há presos que também fazem lições de teologia, à distância, e como não há aula regular nas sextas-feiras, aproveitam o espaço das salas de aula para aprender música e artes e fazer terapia em grupo.

O atendimento psicológico e psiquiátrico fica à disposição dos presos, bem como uma enfermaria 24h, atendimento médico, um consultório odontológico e terapia ocupacional. Esta última tem por objetivo estabelecer uma relação entre terapeuta, paciente e atividade, porque vê no trabalho um meio de ressocialização. A área de terapia ocupacional da penitenciária fez um levantamento, em 2008, de como a atividade laboral influenciou na vida dos apenados: 87% dos que trabalharam disseram se sentir menos ansiosos, 75% se sentiram menos depressivos, 76% deles foram menos

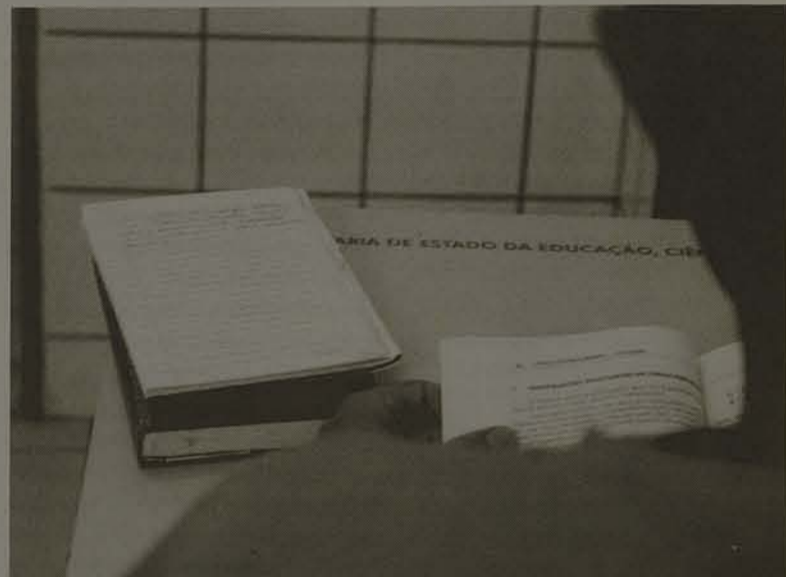
ao médico e 90% se sentiram com mais autoestima. "Esse é o grande segredo da penitenciária: nós compilamos todos os dados do histórico daquele indivíduo e começamos a desenvolver as atividades buscando entender a criminalidade, para que nós pudéssemos ter o sucesso que é hoje a penitenciária com relação às demais unidades, não só no Estado como no País", explica o diretor Richard Harrison Chagas dos Santos.

Santos enfatiza que, dentro da penitenciária, tenta-se dar ao preso uma vida o mais próxima possível da realidade fora dele. Para ele, é por isso que o índice de reincidência dos presos que passam por ali é de 9%, enquanto no estado passa de 60%.

Luísa Konescki



Ismael Buono, na Penitenciária de Joinville: "Eles dão oportunidade e nos incentivam a mudar"



Presos têm acesso às salas de aula e biblioteca, com acervo de aproximadamente 3 mil livros

Superlotação reduz oportunidades de trabalho a detentos da Regional

Quando um sentenciado chega à Penitenciária Estadual de Florianópolis, todos os seus pertences vão para armários no último andar do prédio. Roupas, acessórios e documentos aguardam a família – ou o próprio preso, quando sair – para serem levados para casa. É assim desde a sua inauguração, em 1962, quando a penitenciária ainda tinha capacidade para apenas 200 internos. Hoje, o complexo penitenciário é dividido em sete unidades, no bairro Agrônoma. Lá, estão 391 sentenciados em regime fechado.

Há 40 anos, as celas eram individuais, e as 200 pessoas trabalhavam. Segundo o chefe de segurança da Penitenciária, Euclides de Souza, por volta dos anos 1990 foi necessário ampliar a capacidade de lotação máxima da parte interna. As mesmas celas que antes eram individuais, agora comportavam dois presos em beliches. De resto, as instalações continuaram iguais: um vaso sanitário com uma torneira em cima, que serve também de descarga, e banho de mangueira no pátio.

Hoje são 390 camas, mas o local abriga 391 internos, sendo que 51 destes são presos provisórios, que ainda respondem a processos. "Por causa do inchaço dos presídios, os que apresentam alta periculosidade ou mau comportamento acabam ficando na penitenciária, junto dos demais", relata Euclides da Silva, chefe de segurança.

O tratamento ao preso provisório não é diferente. Sua única restrição é não poder trabalhar ou estudar, práticas acessíveis aos outros reclusos. Marcenaria, alfaiataria e confecção de acessórios esportivos são algumas das atividades realizadas pelos reeducandos, de segunda a sexta, por cinco horas diárias. Apesar de oferecer as mesmas possibilidades de estudo e trabalho que a Penitenciária Industrial de Joinville, a de Florianópolis não possui estrutura para todas as atividades laborais. Algumas, como a marcenaria e a cozinha, têm local reservado, mas a falta de espaço não permite a ampliação das atividades.

Ao todo, são 766 sentenciados: 391 em regime fechado, 324 em semi-aberto e 51 provisórios, remanejados devido à superlotação do Presídio Masculino de Florianópolis. Destes, 229 trabalham, 250 estudam e 170 têm acesso a materiais didáticos para que possam prestar concursos, como o vestibular. Segundo o Departamento de Administração Prisional, o Estado repassa à Penitenciária Estadual de Florianópolis, por mês, R\$ 1500 por preso. Para fazer a segurança dos 766 reclusos, o governo mantém cerca de 24 vigilantes e policiais, 118 agentes prisionais, cinco técnicos de saúde e dois assistentes sociais.

Flávia Schiochet

Dinheiro público abandonado no lixão

Há dois anos, 73 viaturas compradas pelo IpuF para uso da Polícia Militar estão no Centro de Triagem do Itacorubi

Sofia Franco

O Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis (IpuF) adiou, mais uma vez, o leilão de 73 viaturas que integraram a frota da Polícia Militar e estavam fora de uso desde 2007. Prevista para 15 de outubro, a venda pública foi temporariamente suspensa após a abertura de um Processo Administrativo interno. Faltam documentos e relatórios que oficializem a baixa dos veículos.

Os 36 automóveis e 37 motocicletas ficaram os últimos dois anos depositados no terreno da Companhia de Melhoramentos da Capital (Comcap) – responsável pela coleta de lixo em Florianópolis – expostos ao tempo, ao clima e à falta de segurança. Segundo a Polícia Militar, quando devolvidos os veículos “não estavam em condições de uso para a segurança da cidade, mas poderiam sofrer reformas e andar tranquilamente”. Hoje são carcaças enferrujadas que serão vendidas como sucata.

A falta de controle sobre os veículos pertencentes ao Instituto impossibilita uma avaliação precisa da perda de dinheiro público. O responsável pelo leilão, Enéas Carrilho, estima que apenas uma das peças do sistema elétrico de um dos Ford Fiesta do lote valeria R\$ 1.000 em condições mínimas de uso. O mesmo valor compra hoje toda a carcaça do carro depositado no terreno da Comcap. Em seis anos de atuação como leiloeiro e mais de 150 leilões realizados, Carrilho afirma que nunca viu um lote de carros degradado a este ponto.

A frota foi comprada pelo IpuF com recursos arrecadados através de multas de trânsito. Nem o Instituto, que possui registro dos veículos, nem a PM, que os utilizou por cerca de cinco anos sob um Termo de Cessão de Uso, apresentaram registros das condições físicas em que os carros saíram de circulação. O único documento disponível até agora é um ofício do Comando do Policiamento Metropolitano de Florianópolis, emitido em 12 de junho de 2007, endereçado ao Gerente de Apoio Administrativo do IPUF da época, em que está discriminada a descarga de 18 carros dos modelos Santana, Ford Fiesta, Fiat Palio e GM Blazer, e de 24 motocicletas da marca Honda, pouco mais da metade dos veículos que seriam leiloados. Apesar de o documento possuir um carimbo de recebimento do IpuF, o delegado da Polícia Federal Ildo Rosa, presidente do Instituto na época, afirma desconhecer a transação.

Rosa diz que o lote não foi leiloado durante sua administração porque houve dificuldade na identificação dos veículos. Segundo ele, os carros e motos já haviam sido depositados junto a outras viaturas no pátio da Fundação Municipal do Meio Ambiente (Floram) antes de sua posse no Instituto – informação que é incompatível com o ofício emitido pela Polícia Militar.

Para o delegado, as condições do Termo de Cessão de Uso são injustas já que cabe à PM utilizar os carros até o desgaste completo e ao IpuF arcar com as despesas. O termo garante que o automóvel será utilizado pelo patru-



O terreno onde os 36 carros e 37 motocicletas estão há dois anos não possui cerca que impeça a entrada não-autorizada. Expostos a chuva e sol, alguns veículos já estão cobertos por plantas

lhamento de Florianópolis, uma vez que foi comprado com verbas de uma instituição municipal, o que aumenta o contingente operacional na cidade.

A administração da Floram confirma a passagem da frota por seu terreno em 2007, mas afirma que após alguns meses solicitou ao IpuF a retirada dos veículos, pois o pátio da fundação não tinha a segurança necessária para guardá-los. As viaturas foram então levadas para o Centro de Triagem de Resíduos Sólidos da Comcap, no Itacorubi. Preparado para receber e separar resíduos urbanos, o local é totalmente exposto e não tem proteção capaz de impedir a entrada de pessoas não-autorizadas. Ildo Rosa reconhece que as viaturas estavam sob responsabilidade do IpuF, mas afirma que a Comcap não as aceitaria caso não tivesse condições para recebê-las, portanto caberia à Companhia zelar pelo patrimônio.

O diretor de Operações da Comcap, Wilson Lopes, contra-argumenta que o Termo de Uso Gratuito previa que a guarda dos veículos seria de 150 dias, contados a partir de 10 de abril de 2007. Na cláusula que trata da guarda dos bens, consta que “não caberia à Comcap a guarda e conservação das viaturas, bem como a responsabilidade por quaisquer danos ou furtos”.

O atual diretor administrativo do IpuF, professor Francisco Pereira da Silva, afirma ter tomado conhecimento do caso apenas em agosto deste ano. “Estou há seis meses no cargo e não sabia

da existência de veículos em nome do IpuF. Vamos fazer o leilão que deveria ter sido feito há muito tempo”. Ele reconhece ainda que não há instalações próprias adequadas para o depósito de viaturas descarregadas.

Em setembro foi criada a Comissão Especial de Leilão Público que, ao investigar a frota do leilão, identificou um total de 240 veículos registrados em nome do IpuF espalhados pela cidade. Pereira da Silva trabalha agora para transferir os carros e motos para órgãos que vão utilizá-los, livrando o Instituto da responsabilidade pela descarga, leilão e multas dos veículos.

O processo de leilão só terá continuidade quando o IpuF tiver acesso aos documentos da Polícia Militar e do Detran sobre as condições físicas e legais em que os veículos foram entregues. Ainda não há uma data prevista para a frota deixar o lixão.

Cecília Cussioli e Sofia Franco

O ofício emitido pelo Comando do Policiamento Metropolitano de Florianópolis especifica 42 carros e motos usados pela Polícia Militar, pouco mais da metade dos veículos depositados no lixão. Um carimbo do próprio IPUF garante que as viaturas foram recebidas, mas Ildo Rosa, diretor do órgão na época, afirma desconhecer o documento.

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA DO CIDADÃO
POLÍCIA MILITAR
COMANDO DO POLICIAMENTO METROPOLITANO DE FLORIANÓPOLIS

Ofício nº 109/CPMetro/2007 Florianópolis, 12 de Junho de 2007.

Senhor Gerente.

IPUF - PROTOCOLO
Recebido 13 / 06 / 07
Ass: *[Assinatura]*

Cumprimentando-o cordialmente, encaminho à V.Sª, cópia do Boletim Administrativo Reservado da Polícia Militar nº 001/DALF/2007, Ata de Descarga do 4º BPM e Cópia da Solução de Inquérito Técnico referente à Viatura placas MCB-0385, documentos que versam sobre o processo de descarga das seguintes viaturas utilizadas pela PMSC mediante Termo de Cessão de Uso:

VW Santana placas MAS-6813; VW Santana placas MBH-7642; VW Santana placas MBH-7732; VW Santana placas MBH-7802; VW Santana placa MBH-7902; VW Santana placas MBZ-6009; VW Santana placas MBZ-5899; VW Santana placas MBZ-5939; Ford Fiesta Street placas MFE-5896; Ford Fiesta Street placas MFE-6750; Ford Fiesta Street placas MFE-6960; Ford Fiesta Street placas MFE-6190; Ford Fiesta Street placas MFE-5770; Ford Fiesta Street, placas MFE-6130; Ford Fiesta Street, placas MFE-6680; Ford Fiesta Street, placas MFM-1830; Fiat Palio ELX placas MAP-1065 e GM Blazer placas MCB-0386;

E ainda as seguintes motocicletas:

Honda CBX 200 Strada, placas MAL-4671; Honda CBX 200 Strada, placas MAL-4651; Honda CBX 200 Strada, placas MAL-5201; Honda CBX 200 Strada, placas MAL-4641; Honda CBX 200 Strada, placas LXV-4867; Honda CBX 200 Strada, placas LXV-4327; Honda CBX 200 Strada, placa LXV-4207; Honda CBX 200 Strada, placas LXV-4357; Honda CBX 200 Strada, placas LXV-4587; Honda CBX 200 Strada, placas MAL-4511; Honda CBX 200 Strada, placas LXV-4187; Honda CB 450 placa MAL-1318; Honda CB 450, placa MAL-1278; Honda CB 450 placas MAL-1288; Honda NX 350 SAHARA placas MAL-4711; Honda NX 350 SAHARA, placas MBF-4727; Honda NX 350 SAHARA, placas MAL-4371; Honda NX 350 SAHARA, placas MAL-4841; Honda NX 350 SAHARA, placas MAS-0942; Honda NX 350 SAHARA, placas MBF-5047; Honda NX 350 SAHARA, placas MAL-5111; Honda NX 350 SAHARA, placas MBF-5597; Honda NX 350 SAHARA, placas MBF-5487 e Honda NX 350 SAHARA, placas MAL-4301.

Atenciosamente,

MARCELO CUNHA DA COSTA
Major, PM Ch Seq Adm CPMetro

RECEBI A 1ª VIA DO PRESENTE DOCUMENTO
Flópolis/SC, em ____/____/____
Nome: _____
Ass: _____

Ilmo Senhor
DEIVID FERNANDES DA ROSA
Gerente de Apoio Administrativo Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis - IPUF
Praça Getúlio Vargas nº 194, Centro - Florianópolis

Rua Nereu Ramos nº 354, CEP 88013-010, Centro - Florianópolis - SC Tel: fax: 229-62119 e-mail: cpmetro@pm.sc.gov.br

Com uma mistura entre música, teatro e arte circense, a trupe *Teatro Mágico* lotou os 1.371 lugares do auditório Garapuvu na abertura da SOA. A performance

Segundo Alto, apresentada pelo grupo, debate o homem e a sociedade em que vive e problematiza temas atuais, como a mecanização do trabalho e a saturação de informações. Ela demonstra uma das tendências vistas na Semana: a união e intersecção de diferentes tipos de arte. No palco, artistas e atores circenses dividem espaço com uma banda de música e a leitura de poesias.

Semana OU S DA de Artes expõe, ensina e inquieta

Do dia 21 a 26 de setembro as dependências da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc) abriram espaço à 2ª Semana Usada de Artes UFSC/Udesc (SOA). As universidades oferecem vários cursos ligados as artes e buscam promover a integração entre os diferentes meios artísticos. A Semana mostrou que as pesquisas realizadas na Universidade, além de sedimentarem o conhecimento estabelecido, também são capazes de dar origem a novas tendências na arte. Entre performances, apresentações de dança, peças de teatro, exibição de filmes curta-metragem e exposições de artes visuais, o importante é ousar

Texto de Bibiana Beck
Fotos de Gustavo Bonfiglioli

Organizada por alunos do curso de Artes Plásticas da Udesc, a "Mostra [lois], a entropia das coisas" traz onze obras, entre pinturas, gravuras, objetos conceituais e apropriações. Todos com um tema em comum: a desordem das coisas. A exposição coletiva em arte contemporânea busca provocar a incomodação e o questionamento no espectador

A partir da "Mostra [lois]", nasceu a "Mostra [dois ponto um]". Ali, além de artístico, o pano de fundo é social. A Ação Educativa da SOA promoveu a visita de 200 alunos da rede pública à exposição dos universitários da UDESC. "Mostra [lois]"

intencionalmente não é voltada ao público infantil, mas segundo Júlia Rocha Pinto, coordenadora da Ação Educativa da SOA, a relação com arte contém porânea desde cedo facilita os estudos em arte e estética: "A criança é muito menos preconceituosa que o adulto. Ela ainda não possui estereótipos para diferenciar o que é ou não arte". Depois de

visitar a exposição, os alunos debateram as obras vistas com uma arte-educadora e criaram suas próprias obras, que foram expostas ao público nos dois últimos dias da Semana

ZERO

